

Ministério Público Federal
Procuradoria-Geral da República

4ª Câmara de Coordenação e Revisão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2001



CONTEÚDO

1. COMPOSIÇÃO DA 4ª CCR

- 1.1 Membros Titulares
- 1.2 Membros Suplentes

2. EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO ADMINISTRATIVO

- 2.1 Assessoria Técnica
- 2.2 Analistas Periciais
- 2.3 Apoio Administrativo
- 2.4 Estagiários

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS MEMBROS

- 3.1 Promoções de Arquivamento
 - 3.1.1 Meio Ambiente
 - 3.1.2 Patrimônio Cultural
 - 3.1.3 Outros
- 3.2 Conversão em diligência
- 3.3 Remessa de procedimentos/peças de informação
- 3.4 Deliberações em Termos de Ajustamento de Conduta
- 3.5 Manifestações relativas à participação em Congressos, Cursos, Seminários e a viagens em serviço.
- 3.6 Outras Deliberações
- 3.7 Quadro Estatístico
- 3.8 Gráficos Demonstrativos
- 3.9 Detalhamento

4. EVENTOS PROMOVIDOS PELA 4ª CCR

- 4.1 IV Encontro Nacional DO Ministério Público Federal sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural
- 4.2 Encontro Temático "Conseqüências Sócio-ambientais de obras de Infra-estrutura na Amazônia"
- 4.3 Encontro Temático "Encontro Regional Sul – O Ministério Público Federal na defesa do meio ambiente"
- 4.4 2ª Semana do Meio Ambiente do Ministério Público Federal

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA

- 5.1 Meio Ambiente/Patrimônio Cultural
 - 5.1.1 Análises de EIA/RIMA
 - 5.1.2 Análises de Procedimentos/Documentação Técnica
 - 5.1.3 Participação em processos judiciais nos estados
 - 5.1.4 Informações sobre eventos científicos
 - 5.1.5 Eventos promovidos pela 4ª CCR
 - 5.1.6 Estudos sobre temas específicos
 - 5.1.7 Outros temas
 - 5.1.8 Outras atividades técnicas
- 5.2 Quadro Estatístico
- 5.3 Gráficos Demonstrativos
- 5.4 Detalhamento

1. COMPOSIÇÃO DA 4ª CCR

1.1 MEMBROS TITULARES

Antônio Fernando Barros e Silva de Souza
Subprocurador-Geral da República

Roberto Monteiro Gurgel Santos
Subprocurador-Geral da República
Coordenador

Sandra Verônica Cureau
Subprocuradora-Geral da República

1.2 MEMBROS SUPLENTES

Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Subprocuradora-Geral da República

Lindôra Maria Araújo
Procuradora Regional da República

Ivaldo Olímpio de Lima
Procurador Regional da República

2. EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO ADMINISTRATIVO

2.1 ASSESSORIA TÉCNICA

Francisco Ubiracy Craveiro de Araújo	Assessor Jurídico
Leopoldo Klosovski Filho	Engenheiro Florestal
Mirtes Duarte Magalhães	Bióloga

2.2 ANALISTAS PERICIAIS

Alessandro Filgueiras da Silva	Biólogo
Aloysio Ferraz de Abreu	Engenheiro Sanitarista (lotado em Recife/PE)
Amy Vasconcelos de Souza	Engenheira Sanitarista
Carlos Alberto de Sousa Correia	Biólogo
Dalma Maria Caixeta	Engenheira Sanitarista
Emília Uihôa Botelho	Antropóloga
Enéas da Silva Oliveira	Engenheiro Florestal
Joanildo Santiago de Souza	Engenheiro Florestal
Jorge Gomes do Cravo Barros	Geólogo
Kênia Gonçalves Itacaramby	Antropóloga
Marcos Cipriano Cardoso Garcia	Engenheiro Florestal
Maria Geraldina Salgado	Engenheira Sanitarista
Murilo Lustosa Lopes	Engenheiro Sanitarista (nov/2001)
Romina Faur Capparelli	Arquiteta
Sheila Telles Meyer	Engenheira Sanitarista

2.3 ANALISTA EM DOCUMENTAÇÃO

Luciana Adele Maria Bucci	Bibliotecária
----------------------------------	---------------

2.4 APOIO ADMINISTRATIVO

Hermon Marchezine Neiva	Técnico Administrativo
Miguelina Pereira da Rocha	Técnico Administrativo
Roberto B. de M. Pacheco	Técnico Administrativo
Saulandre Paulo Lima de Moraes	Técnico Administrativo
Sueid Fernandes Macedo	Técnico Administrativo

2.5 Estagiários

Maristela Rodrigues	Geografia
Jorcelina da Conceição	Engenharia Florestal
Rômulo Santana	Biologia

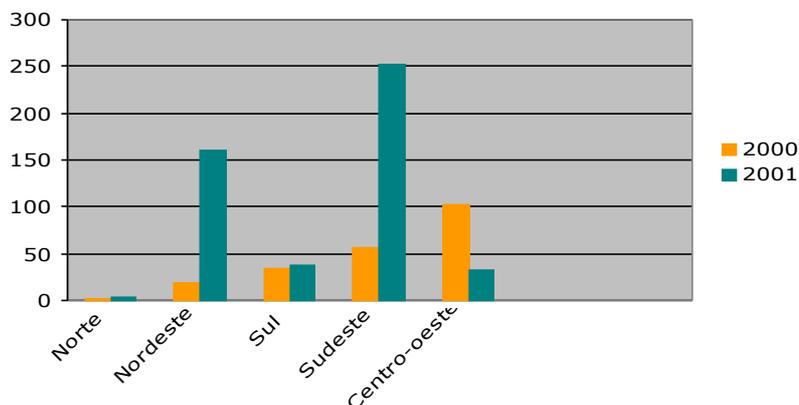
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS MEMBROS

Os Membros da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão realizaram, no exercício de 2000, doze reuniões do colegiado e apreciaram 487 (quatrocentos e oitenta e sete) procedimentos, resultando em:

3.1 PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO	487
3.1.1 Meio Ambiente	357
· Agrotóxicos e produtos perigosos	005
· Áreas protegidas/públicas	086
· Desmatamentos	095
· Extração mineral	039
· Fauna	016
· Poluição hídrica e/ou do ar	046
· Recursos hídricos	007
· Resíduos	005
· Rodovias	005
· Setor elétrico	002
· Zona costeira	051
3.1.2 Patrimônio Cultural	070
3.1.3 Outros	060
3.2 CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA	023
3.3 REMESSAS DE PROCEDIMENTOS/PEÇAS DE INFORMAÇÃO	019
3.3.1 Ao Procurador Geral da República	001
3.3.2 Às Procuradorias nos Estados e no DF	006
3.3.3 Às Procuradorias nos Municípios	001
3.3.4 Às demais Câmaras	004
3.3.5 A outras Instituições	001
3.3.6 À Assessoria Técnica e Jurídica	004
3.4 DELIBERAÇÕES EM TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	025
3.5 MANIFESTAÇÕES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CURSOS, SEMINÁRIOS E A VIAGENS EM SERVIÇO	004
3.6 OUTRAS DELIBERAÇÕES	026

3.8 GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS

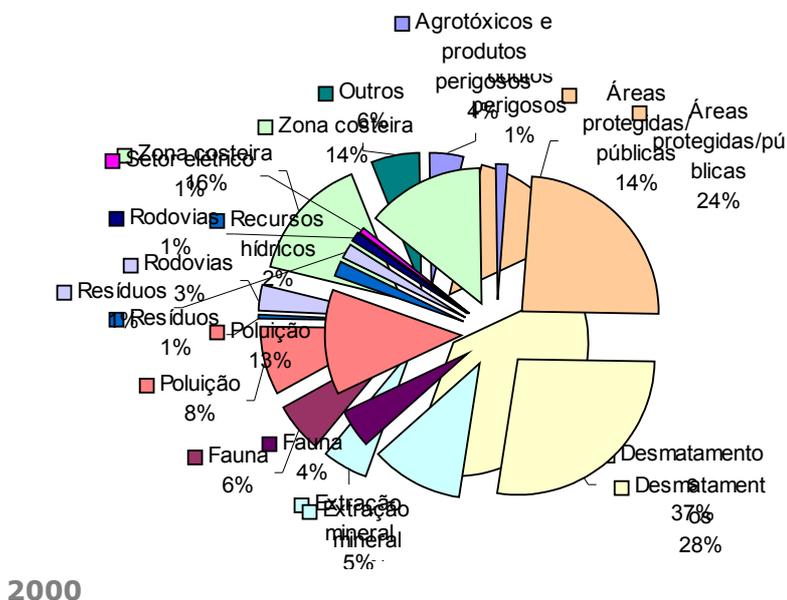
3.8.1 Procedimentos apreciados pelos Membros da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão por região – 2000 e 2001.



OBS: Os procedimentos originados na 4ª CCR foram computados na região centro-oeste.

3.8.2 Procedimentos apreciados pelos Membros da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão por assunto – 2000 e 2001. Área: Meio Ambiente.

2001



2000

3.9 DETALHAMENTO

1. PROMOÇÕES DE ARQUIVAMENTO APRECIADAS 487

1.1 Meio Ambiente 357

1.1.1 Agrotóxicos e produtos perigosos 005

Assunto	Ata nº	Origem
Depósito de munição do Ministério do Exército.	116	PR/RJ
Importação ilegal de baterias usadas.	121	4ª CCR
Instalação de indústria química em área residencial.	108	PR/CE
Liberação da substância para mistura em combustíveis.	109	PR/PE
Uso de inseticidas no combate a vetores.	109	PR/PE

1.1.2 Áreas protegidas/públicas 086

Assunto	Ata nº	Origem
Agilização da criação da Reserva Extrativista do Corumbau. Porto Seguro.	116	PR/BA
Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa cometidos, em tese, pelo administrador da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, o Sr. Fábio Franco da Costa Fabiano.	119	PRM/Niterói
Apurar eventual ocorrência de danos aos ecossistemas da APA Serra da Mantiqueira, em virtude de intervenções irregulares, no Município de Passa Vinte.	121	PR/MG
Apurar ilegalidade no ingresso de dois veículos automotores em Fernando de Noronha.	121	PR/PE
Área de Preservação Ambiental de Santo Antônio, Município de Santa Cruz de Cabralia.	117	PRM/Ilhéus
Área de Preservação Permanente. Hotel Residencial Chandra em Florianópolis.	121	PR/SC
Aterro em margem de rios.	109	PR/PE
Condomínio Novo Leblon. Construção de campo de futebol em Área de Proteção Ambiental.	120	PR/RJ
Corte de vegetação – Parque nacional da Serra da Bocaiúna.	116	PR/RJ
Criação de Unidade de Conservação em área de Preservação Permanente na Ilha dos Franceses.	116	PR/BA
Danos ambientais em APP, com construção de casas em manguezal no Porto do Rosa, em São Gonçalo.	116	PR/RJ
Danos ambientais em APP.	108	PR/MG
Danos ambientais em APP.	112	PR/ES
Danos ambientais em APP.	113	PR/SP
Danos ambientais em área de mangue, na estação Ecológica Municipal Ilha do Lameirão.	114	PR/ES

Intervenção irregular em área de preservação permanente localizada em imóvel no Município de Machado.	121	PR/MG
Intervenção irregular em área de preservação permanente localizada em imóvel no Município de Machado.	121	PR/MG
Parque Estadual da Pedra Branca. Possível abandono e deterioração de viveiro de mudas. Jacarepaguá.		PR/RJ
Parque Nacional de Teresópolis – Trilha da Pedra do Sino - Cobrança de Pedágio.	121	PR/RJ
Projeto de Lei visando a revogação da Lei nº 2.429/99, do Distrito Federal, que criou o Parque Vivencial e Recreativo na Região Administrativa do Lago Norte - Brasília.	121	PGR
Queimada em área de preservação ambiental Nova Friburgo.	117	PR/RJ
Recebimento e beneficiamento de produtos florestais procedentes de mata atlântica.	119	PR/PE
Recebimento e beneficiamento de produtos florestais procedentes de mata atlântica.	119	PRM/Santos
Remanescente de Mata Atlântica. Desapropriação para fins de reforma agrária.	119	PR/BA
Representação do Sr. Gerhard Sardo – Notícia de acidente aéreo - aeronave da FAB - Destruição de vegetação no Parque Estadual da Serra da Tiririca.	121	PRM/Niterói
Segurança no Parque da Tijuca.	115	PR/RJ

1.1.3 Desmatamentos 095

Assunto	Ata nº	Origem
Apreensão de carregamento de madeira no interior de São Paulo.	121	PR/PE
Cancelamento do projeto de manejo 14/97, face a constatação de irregularidades.	121	PR/MS
Comércio ilegal de madeiras Estrada dos Bandeirantes. Jacarepaguá.	117	PR/RJ
Corte de árvore em área de Preservação Permanente.	117	PR/PE
Corte de Vegetação Nativa sem autorização do IBAMA. Bom Jardim.	121	PR/RJ
Corte e destruição de vegetação de preservação permanente.	121	PR/PE
Corte irregular de "mata virgem" próxima à Base Aérea de Florianópolis.		PR/SC
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	112	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	112	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	112	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	112	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	112	PR/PE

Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	113	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE

Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	117	PR/PE
Corte, transporte e armazenamento de lenha sem licenciamento.	119	PR/PE
Degradação dos ecossistemas (desmatamento) da zona costeira em Carne de Vaca.	120	PR/PE
Desmatamento de área de mata atlântica. Reconstrução de Centro de Município da Ilha do Boqueirão.	120	PR/RJ
Desmatamento de áreas de mata atlântica para a realização de obras de infra-estrutura, por parte da CHESF.	121	PR/PE
Desmatamento de dunas na Praia dos Ingleses em Florianópolis.	121	PR/SC
Desmatamento de Floresta Nativa – Fazenda São Severino Pesqueira.	117	PR/PE
Desmatamento de mata atlântica na fazenda Campo Belo – São Sebastião do Alto.	115	PR/RJ
Desmatamento de mata atlântica na região de Domingos Martins.	114	PR/ES
Desmatamento de mata atlântica na região de Domingos Martins.	114	PR/ES
Desmatamento de mata atlântica na região de Linhares.	114	PR/ES
Desmatamento de mata atlântica no sítio Olguinha - Nova Friburgo.	115	PR/RJ
Desmatamento de mata atlântica no sítio Peroba - Nova Friburgo.	115	PR/RJ
Desmatamento de Mata Atlântica. Município de Jurema.	121	PR/PE
Desmatamento de Mata por Moradias existentes ao final das ruas Cardeal Câmara, morro Boa Vista.	119	PRM/Jlle
Desmatamento e queimada de recursos naturais.	117	PR/TO
Desmatamento em Área de Preservação Permanente.	117	PR/RJ
Desmatamento em área de proteção ambiental.	121	PRM/Petrolina
Desmatamento em mata atlântica.	113	PR/ES
Destruição de mata atlântica por queimada sem o atendimento às normas técnicas.	116	PR/RJ
Destruição de vegetação natural às margens do rio Sirinhaém.	117	PR/PE
Exploração desordenada da Floresta Amazônica por parte de “madeiras asiáticas”.	116	PR/AM
Exploração ilegal de madeira nas áreas objetos das ações de desapropriação propostas pelo INCRA.	119	PGR
Exploração madeireira na região do Ituqui em área de Projeto de Assentamento com utilização de máquinas pesadas.	121	PRM/Santarém
Extração de espécies imunes de corte – aroeira e baraúna.	117	PR/PE
Lesão de árvores nativas na proximidade de sua residência.	120	PR/RJ

Sítio da Serra. Resende.		
Notícia de imprensa sobre corte de árvores.	108	PR/CE
Notícia de imprensa. "Empresário é acusado de devastar mata".	119	PR/BA
Notícia de que grande quantidade de madeira foi apreendida pelo IBAMA no Município de Amarante.	118	PR/MA
Possível supressão de vegetação nativa (mangue) pelo Sr. Rubens Soares de Lima Filho - Barra da Tijuca.	120	PR/RJ
Queimada de mata atlântica. Mata do Ronco	117	PR/PE
Queimada em área de mata atlântica, na localidade chamada "Pico", no Município de Cairú.	121	PR/BA
Realização de queimada para limpeza de pastagem - Rio de Janeiro.	116	PR/RJ
Recebimento e armazenamento de madeira procedente da Caatinga sem autorização do IBAMA.	120	PR/PE
Retirada de madeira na reserva indígena Ava-Canoeiro.	117	PR/TO
Supressão de vegetação nativa. Margens do Rio Capivari. Praia dos Ingleses em Florianópolis.	121	PR/SC
Suspensão de toda e qualquer atividade de extração de madeiras da Floresta Amazônica.	121	PR/DF

1.1.4 Extração Mineral 039

Assunto	Ata nº	Origem
Atividade garimpeira sem permissão legal.	108	PR/MG
Danos ambientais eventualmente ocorridos pela lavra mineral da Millennium Inorganic Chemical do Brasil S.A. na Baía de Camamu, no município de Maraú.	121	PR/BA
Degradação ambiental em APA por garimpagem.	113	PR/MG
Denúncia de atividades de mineração no Município de São Cristóvão.	121	PR/SE
Denúncia de prática irregular de mineração e desmate.	114	PR/ES
Exploração de areia dentro de área do projeto público de irrigação do Vale do Gortuba.	121	PR/MG
Exploração de areia e argila no Município de Pará de Minas.	121	PGR
Exploração de areia e argila no Município de Pará de Minas.	121	PGR
Exploração de areia e argila no Município de Pará de Minas.	121	PGR
Exploração de areia e argila no Município de Pará de Minas.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Bom Sucesso.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR

Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de areia no Município de Igaratinga.	121	PGR
Exploração de jazida de argila. Denúncia de irregularidades no contrato celebrado entre o 5º BPM de Montenegro e Cerâmica Aita Ltda.	120	PR/RS
Extração de areia, aterro e lançamento de dejetos em APA no Recreio doa Bandeirantes.	116	PR/RJ
Extração de granito sem autorização dos órgãos competentes.	108	PR/MG
Extração ilegal de areia do rio Paquequer, Teresópolis.	116	PR/RJ
Extração ilegal de areola (substância mineral). Estrada de Madureira, Cabuçu.	116	PR/RJ
Extração mineral em Corupá.	121	PR/SC
Extração mineral em Corupá.	121	PR/SC
Extração mineral em Corupá.	121	PR/SC
Extração mineral. Convênio Prefeitura de Lages e DNPM. Fiscalização	120	PR/SC
Extração minerária sem as devidas licenças legais, sito ao Município de Jaraguá do Sul.	121	MPF/PR
Representação da Associação Comunitária de Santa Tecla – ACOST contra a empresa Guaporense S/A Indústria Construções e Mineração.	118	PR/RS
Retirada de areia da praia da divisa com Solemar no município de Mongaguá no Município de Santos.	118	PRM/Santos

1.1.5 Fauna 016

Assunto	Ata nº	Origem
Apologia da caça. Promoção de arquivamento.	118	PRM/Bauru
Aprisionamento de animal marinho (lobo-marinho), nas dependências do Aquário Municipal de Santos, sob regime de cativeiro.	118	PR/SP
Comercialização de Espécimes provenientes da pesca proibida - Comércio de Corais Capturados Ilegalmente e sem a comprovação da origem.	121	PR/RJ
Comércio ilegal de pescado pela empresa Danymar Comércio de Pescado Ltda.	116	PR/RJ

Denúncia sobre as precárias condições de funcionamento e mau trato aos animais no zoológico Municipal de Volta Redonda.	116	PR/RJ
Denúncia sobre rinha de canários.	108	PR/CE
Extermínio de jacarés em Rio Grande.	118	PR/RS
Infração ao meio ambiente. Cativeiro de espécimes da fauna silvestre sem licença ou autorização da autoridade competente.	119	PR/PE
Licença de Pesca para a Lagoa Mirim.	120	PRM/Rio Grande
Morte de cotias provavelmente por envenenamento. Parque Centenário Barra Mansa.	117	PR/RJ
Notícia de imprensa. Morte de peixes em Aratu.	119	PR/BA
Pesca ilegal do "Camarão Rosa" na Baía de Sepetiba pela embarcação "Mestre Diogo".	115	PR/RJ
Pesca ilegal do "Camarão Rosa" na Baía de Sepetiba pela embarcação "Luiz Gustavo".	115	PR/RJ
Pesca predatória na Lagoa de Itaipu.	117	PRM/Niterói
Pesca predatória. Incitação à prática delitiva. Sindicato de pescadores.	120	PR/SC
Pressão sobre o IBAMA em face da apreensão de pássaros silvestres em Caruaru.	120	PR/PE

1.1.6 Poluição hídrica e/ou do ar 046

Assunto	Ata nº	Origem
C.S.A. Vazamento de óleo. Rio Paraíba do Sul. Ação Civil Pública em desfavor da Companhia Siderúrgica Nacional.	120	PR/RJ
Cilindros de Plástico cobrem a areia da Praia de Guarajuba. Cilindros com aparência industrial, contendo uma espécie de líquido químico, em Salvador.	121	PR/BA
Contaminação por mercúrio em rios federais.	108	PR/MG
Degradação ambiental – dragagem do canal das Barcaças.	117	PR/RJ
Denúncia de existência de tanque de óleo diesel, às margens da Av. Beira Mar, sem as devidas licenças dos órgãos competentes.	114	PR/ES
Denúncia de existência de tanque de óleo diesel, no Pátio da firma Italvich, sem as devidas licenças dos órgãos competentes.	114	PR/ES
Denúncia de vazamento de dois mil litros de óleo na RMS.	119	PR/BA
Denúncia referente a poluição do rio Jacunen.	113	PR/ES
Derramamento de 48 mil litros de óleo bruto na Baía de Todos os Santos.	121	PR/BA
Derramamento de dez mil litros de resíduo do gasóleo dos dutos da Refinaria Landulfo Alves.	121	PR/BA
Derramamento de óleo na Baía da Guanabara, pela Chata "B.O.2" da Cia. De Navegação São Miguel.	115	PR/RJ

Derramamento de óleo na Baía da Guanabara.	108	PR/RJ
Derramamento de óleo na baía de Guanabara na altura do armazém número sete do cais do porto.	120	PR/RJ
Derramamento de óleo na Baía de Guanabara.	108	PR/RJ
Derramamento de óleo na Baía de Guanabara.	108	PR/RJ
Derramamento de óleo na Baía de Guanabara.	117	PR/RJ
Derramamento de óleo na Baía de Vitória envolvendo o navio <i>Kompolis</i> .	114	PR/ES
Derramamento de óleo na estação da Petrobrás em São Mateus.	114	PR/ES
Derramamento de óleo nas proximidades da Ilha D'Água e Ilha do Rijo.	116	PR/RJ
Derramamento de óleo no cais de Capuaba, no Porto de Vila Velha.	117	PR/ES
Derramamento de óleo no mar, proveniente, em tese, da embarcação NT STAR no estuário de Santos.	118	PRM/Santos
Derramamento de óleo no Porto do Recife.	109	PR/PE
Derramamento de óleo no Porto do Recife.	109	PR/PE
Derramamento de óleo no Terminal Marítimo de Madre de Deus, ocorrido em abril de 1999, devido ao rompimento de um dos cabos do navio brasileiro Bagé.	121	PR/BA
Derramamento de óleo pela plataforma da Petrobrás.	108	PR/RJ
Derramamento de óleo vegetal no Terminal da Cianchini.	119	PRM/Rio Grande
Derramamento de substância poluente envolvendo as embarcações <i>Four Sterne, Nilza, NCC Arar e Stolt Landaff</i> .	113	PRM/Santos
Derramamento de óleo, poluindo praias em Madre de Deus, provocada pelo rompimento de um dos cabos utilizados para transporte do produto.	121	PR/BA
Derrame de resíduo oleoso pelo navio "Ipanema" de bandeira maltesa, Pier I do Porto de Tubarão.	120	PR/ES
Emissão de poluentes pela empresa Latas de Alumínio S/A, em Itaguaí.	116	PR/RJ
Emissão de poluentes pela empresa Morganite Isolantes Térmicos.	116	PR/RJ
Hispano Suíza do Brasil Equipamentos. Funcionamento da Empresa sem Tratamento de efluente líquido. Duque de Caxias.	120	PR/RJ
Lançamento de efluentes despejados da Casa da Moeda do Brasil na Baía de Sepetiba.	121	PGR
Não retirada da embarcação N/M Smyrny de contrabordo do N/M Tupi Ponta Negra que se encontra às escuras, fundeado e abandonado na Baía de Guanabara.	121	PR/RJ
Navio Jequitibá. Embarcação abandonada na Baía de Guanabara. Possível dano ambiental decorrente do péssimo estado de conservação da embarcação.	120	PRM/Niterói
Notícia de imprensa sobre a Lagoa Sapiranga.	108	PR/CE

Notícia de imprensa. "Parmalat recebe duas multas por poluição".	120	PR/PE
Notícia de Imprensa. Óleo em Imbassaí será investigado. Mancha de óleo atingiu a praia de Imbassaí.	121	PR/BA
Notícia de poluição hídrica provocada pelo navio IPANEMA de bandeira Maltesa no Porto de Tubarão.	120	PR/ES
Poluição ambiental decorrente da incineração de lixo hospitalar.	120	PR/SP
Poluição causada pela Fábrica de Castanhas Irmãos Fontenele, situada em Messejana. Lançamento de efluentes em via pública	121	PR/CE
Poluição de rio por disposição de lixo urbano em local inadequado – Prefeitura Municipal de Mirassol.	113	PRM/Rio Preto
Possível derramamento de óleo entre as Ilhas dos Porcos, Viana e Mocanguê.	120	PR/RJ
Prática irregular de aerodelismo em local inadequado no Município de Mirassol. Poluição sonora.	118	PR/SP
Realização de queimada no Sítio do Vereador de Cabo Frio Sr. Lakim Schuitz. Município de Trajano.	120	PR/RJ
Risco de acidentes por depósito de grande quantidade de óleo ascarel nas instalações industriais do INPI.	116	PR/RJ

1.1.7 Recursos Hídricos 007

Assunto	Ata nº	Origem
Degradação ambiental no açude Itamaragi.	117	PRM/Petrolina
Desapropriação de área lindeira à Parque Fronteiriço à Lagoa Rondinha, Município de Pinhal.	117	PR/RS
Desvio do rio Barra Seca – Linhares.	114	PR/ES
Dragagem do canal das barcaças.	117	PR/RJ
Projeto Estadual de urbanização de lagoas.	117	PR/CE
Relatório da Comissão de Estudos de proliferação de Mosquitos à montante do Lago de Tucuruí.	116	4ª CCR
Suspensão do enchimento do reservatório da UHE de Porto Primavera.	116	PRM/ Presidente Prudente

1.1.8 Resíduos 005

Assunto	Ata nº	Origem
Desmatamento e lançamento de lixo no Horto Florestal de Bom Jardim. Rio de Janeiro.	117	PR/RJ
Disposição final de efluente líquidos e resíduos sólidos dos hospitais da Grande Vitória.	117	PR/ES
Irregularidades em licenciamento ambiental de aterro sanitário.	108	PR/MG
Possíveis danos ambientais por destinação final de resíduos sólidos. Município de Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis

Utilização de PCB's como fluído dielétrico. Niterói. 117 PR/RJ

1.1.9 Rodovias 005

Assunto	Ata nº	Origem
Construção de Posto de Combustível sem licenciamento ambiental. Estrada Morro do Ar/RJ.	117	PR/RJ
Construção irregular de estrada. Córrego Frio. Penedo.	121	PR/RJ
Indicação de representante do MPF para participar do Projeto BIRD/BR 313 no Acre.	117	4ª CCR
Pedágio BR 392. Trecho Pelotas/Rio Grande.	121	PRM/Rio Grande
Possíveis danos ao meio ambiente e a população devido a presença de paiol de munições nas proximidades da Rodovia Presidente Dutra – Paracambi/RJ	116	PR/RJ

1.1.10 Setor Elétrico 002

Assunto	Ata nº	Origem
Implantação de linha de transmissão de alta tensão entre a Usina Nuclear Almirante Álvaro Alberto e a Torre nº 59.	118	PR/RJ
Investigação para apurar danos ao meio ambiente pela Empresa <i>Brasil Power Co.</i> Usinas Hidroelétricas Ltda.	117	PR/TO

1.1.11 Zona costeira 051

Assunto	Ata nº	Origem
Ações de empresários de carcinicultura no Rio Grande do Norte prejudicando área de mangue.	117	PR/RN
Acompanhamento do Projeto Praia Alegre. Penha/SC. Recuperação de praias.	121	PR/SC
Apuração de responsabilidade pelos aforamentos de terrenos de marinha irregulares e construções de altos muros e edificações, no Município de São Vicente e Praia Grande.	118	PR/SP
Apurar eventual pretensão da Prefeitura de São Vicente em construir edifício em área de "arrecifes" junto à "Praia dos Milionários" em São Vicente em Comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil.	121	PR/SP
Baía de Guanabara. Pesca com utilização de artefatos explosivos. São Gonçalo e Niterói	120	PR/RJ
Cercas e vegetação exótica em dunas. Moçambique. Rio Vermelho. Florianópolis.	121	PR/SC
Degradação ambiental na Ilha da Fumaça.	111	PR/ES
Degradação de mangue por invasão de pescadores.	117	PR/BA
Degradação de manguezal – Farol de São Tomé. Campos.	116	PR/RJ
Degradação de manguezal por aterro e construção.	109	PR/PE
Degradação de manguezal por aterro e construção.	111	PR/ES
Degradação de manguezal por aterro e construção.	111	PR/ES
Degradação de manguezal por aterro e construção.	116	PR/RJ

Degradação de manguezal por corte de vegetação.	117	PR/ES
Degradação de manguezal por introdução de outras espécies.	109	PR/PE
Degradação provocada por aterro, terraplanagem efetuada pela Empresa Brasif.	117	PR/ES
Denúncia de irregularidade na atividade de extração de sedimentos bio-calcários na Orla Marítima de Aracruz.	120	PR/ES
Derrubada de cajueiros na Praia de Maracaípe.	117	PR/PE
Desmatamento em manguezais.	108	PR/CE
Desmatamento em manguezais.	109	PR/PE
Direito de ocupação da Praia Rasa por parte do DPU. Município de Búzios.	117	PR/RJ
Encalhe do barco de pesca Dom Isaac II.	118	PR/RS
Estação de Biologia Marinha - Edições Ruschi, solicita pronto acompanhamento deste Órgão do Ministério Público Federal no procedimento de instalação do Centro Industrial da Orla, a ser situado no distrito de Barra do Riacho, Aracruz.	121	PR/ES
Implantação de marina na Baía de Guanabara.	117	PR/RJ
Implementação do PNGC.	116	4ª CCR
Instalação de tendas com orelhões nas praias do Rio de Janeiro e de Búzios.	118	PRM/Niterói
Invasão de manguezal no Parque do Cocó.	117	PR/CE
Lançamento do empreendimento imobiliário "Complexo Residencial Corais de Ponta Negra", localizado na zona costeira de Natal.	120	PR/RN
Loteamento na região de Ponta da Fruta, Vilha Velha e Setiba.	117	PR/ES
Marina Shopping. Possível construção em área de preservação permanente. Angra dos Reis.	120	PR/RJ
Meio ambiente. Notícia de imprensa. "Prefeitura de Jabotão aterrará mangue".	121	PR/PE
Notícia de imprensa "CPRH autua Hotel Sheraton".	117	PR/PE
Obra de ampliação portuária em Área de Preservação Permanente, no município de Vila Velha.	117	PR/ES
Obra irregular na Praia de Olinda.	117	PR/PE
Obras de infra-estrutura em faixa litorânea.	109	PR/PE
Ocorrência de danos à zona costeira do Município de Abreu e Lima.	121	PR/PE
Ocupação de uma área de acrescido de marinha, incluindo a denominada "praia da Barra", nas proximidades da foz do Rio Sauípe.	118	PR/BA
Pavimentação da estrada de acesso ao Balneário de Barra do Saí em Itapoá.	121	PR/SC
Pesca do camarão Rosa em período de defeso - Baía da Guanabara.	116	PR/RJ

Pesca do camarão Rosa em período de defeso – Baía de Sepetiba.	116	PR/RJ
Pesca ilegal – Baía de Sepetiba.	116	PR/RJ
Pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados em águas sob jurisdição nacional.	116	4ª CCR
Possível intenção de abandono de navio na Baía da Guanabara.	117	PR/RJ
Projeto para mudar o perfil do litoral gaúcho. Ligação das lagoas do litoral ao mar.	118	PR/RS
Realização de construções de inúmeras obras ilegais na orla da Praia de Maria Farinha, Município de Paulista.	121	PR/PE
Realização de construções de inúmeras obras ilegais na orla da Praia de Maria Farinha, Município de Paulista.	121	PR/PE
Realização de construções de inúmeras obras ilegais na orla da Praia de Maria Farinha, Município de Paulista.	121	PR/PE
Realização de construções de inúmeras obras ilegais na orla da Praia de Maria Farinha, Município de Paulista.	121	PR/PE
Realização de obra em área de manguezal, com o objetivo de armazenar caranguejos no período de defeso, no Município de São Francisco do Sul.	119	PRM/Jlle
Retirada de água do mar para uso de piscinas artificiais no Hotel Amoaras, Praia do Muro Alto.	117	PR/PE
Retirada de dunas e sua vegetação na área do entorno da barraca denominada "Magro Velho", na praia de Araçagy.	118	PR/MA

1.2 Patrimônio Cultural 070

Assunto	Ata nº	Origem
Abertura da III Avenida Perimetral de Porto Alegre, atingindo a edificação da Igreja Martin Luther, situada à Rua D. Pedro II em Porto Alegre.	121	PR/RS
Acompanhamento do procedimento de obtenção de informações de caráter particular, ou de interesse coletivo ou geral, na 12ª SR/IPHAN.	118	PR/RS
Alteração de calçamento da Praça Senador Tanajura – Município de Contas.	114	PR/BA
Alteração na arquitetura do Prédio do Museu Solar Monjardim.	117	PR/ES
Ameaça à Igreja de São Pedro dos Clérigos em virtude da revitalização do Pátio de São Pedro.	120	PR/PE
Ampliação irregular em cidade histórica – Ouro Preto.	113	PR/MG
Ampliação irregular em cidade histórica – Tiradentes.	113	PR/MG
Ampliação irregular em cidade histórica – Tiradentes.	113	PR/MG
Ampliação irregular em cidade histórica – Tiradentes.	113	PR/MG
Apreciação de Laudo de Vistoria do IPHAN – Conservação de bem tombado. Casa da Fazenda de Santo Antônio. Rio de	116	PR/RJ

Janeiro.

Apreciação de Laudo de Vistoria do IPHAN – Seminário São José- Rio Comprido.	116	PR/RJ
Apreciação do Laudo de Vistoria do IPHAN – Arco dos Teles.	116	PR/RJ
Bem tombado. Visibilidade. Ponte Hercílio Luz. Entorno. Pannel publicitário.	121	PR/SC
Cessão de Direito de Uso do Forte de São Marcelo. Salvador.	116	PR/BA
Conjunto Urbano Paisagístico revestimentos danificados – Relatório do IPHAN – Petrópolis.	116	PR/RJ
Construção de anexo na Casa do Padre Correia, rua Castro Alves nº 182.	115	PRM/Petrópolis
Construção de prédio residencial multifamiliar em parte do terreno do Forte Duque de Caxias. Leme.	121	PR/RJ
Construção de unidade hospitalar no polígono de preservação à visibilidade do PHNG.	109	PR/PE
Construção em área considerada como patrimônio histórico para abrigar camelôs. Município de Itajaí.	119	PRM/Jlle
Construção irregular em cidade histórica.	109	PR/PE
Degradação do prédio da Alfândega de Paranaguá.	119	PR/PR
Demolição de casarão histórico Solar dos Ramos.	117	PR/CE
Demolição de obra ilegal em Porto Seguro.	108	PR/BA
Desapropriação do Edifício Themis pela Prefeitura Municipal de Salvador.	108	PR/BA
Descaracterização de área declarada como patrimônio histórico.	109	PR/PE
Deteriorização do Forte de <i>Mont Serrat</i> .	108	PR/BA
Doação de Imagem da Santa Ana ao Papa. Rio de Janeiro.	116	PR/RJ
Edificação irregular de fábrica de gelo na Orla do Pina, no Município de Recife	121	PR/PE
Execução de obra em desacordo com o projeto arquitetônico aprovado pelo IPHAN, no imóvel situado na rua Professor Vicente de Paula Almeida, s/n, Vila Santa Isabel. Diamantina.	119	PR/MG
<i>Igreja Matriz de Guaratiba - Intervenções Irregulares</i>	121	PR/RJ
Laudo de Vistoria do IPHAN na Igreja Matriz de Correias.	117	PR/RJ
Laudo de Vistoria do IPHAN na Praça XV de Novembro, Rio de Janeiro.	117	PR/RJ
Laudo de Vistoria do IPHAN sobre o Mosteiro São Bento.	115	PR/RJ
Laudo de Vistoria do IPHAN. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana.	120	PR/RJ
Laudo de Vistoria do IPHAN. Praias de Paquetá.	120	PR/RJ
Lesão a elevadores antigos – palácio Gustavo Capanema – Rio de Janeiro.	116	PR/RJ
Lesão à integridade do acervo urbanístico, paisagístico e arquitetônico da cidade de Olinda - possível construção de Vila Naval no complexo de Salgadinho.	116	PR/PE
Lesão ao Conjunto Arquitetônico rua Barão de Capivari nº 130	116	PR/RJ

- Vassouras.

Lesão ao entorno do conjunto tombado em Angra dos Reis, pelo imóvel, localizado na rua Coronel Carvalho, nº 450.	116	PR/RJ
Licenciamento urbanístico com prévio licenciamento do IPHAN.	108	PR/BA
Modificações em imóvel tombado sem autorização do IPHAN.	117	PRM/Petrópolis
Museu do Homem do Sambaqui em Florianópolis.	121	PR/SC
Necessidade de recuperação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Necessidade de recuperação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 87 – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Necessidade de recuperação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 108 – Petrópolis.	117	PRM/Petrópolis
Necessidade de recuperação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 233 – Petrópolis.	117	PRM/Petrópolis
Necessidade de recuperação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 234 – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Notícia de Imprensa "Doação ao Museu Naval da Amazônia de Belém de um dos canhões que formam o conjunto arquitetônico do Forte Santo Antônio da Barra, conhecido como Forte da Ponta D'Areia".	118	PR/MG
Notícia de Imprensa "Igreja mais velha do país desaba em Maré". Igreja de Nossa Senhora das Neves, localizada em Ilha de Maré.	121	PR/BA
Notícia de imprensa sobre descoberta arqueológica na cidade de Matina.	108	PR/BA
Notícia de imprensa sobre obras em restaurante.	108	PR/CE
Notícia de imprensa. "A Prefeitura pretende transformar os Fortes de São Pedro e de Monte Serrat em centros culturais."	119	PR/BA
Notícia de imprensa. Patrimônio histórico e cultural de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.	121	PR/CE
Notificação extrajudicial por execução de acréscimo sem projeto aprovado pelo IPHAN, Município de Ouro Preto.	121	PR/MG
Notificação Extrajudicial por execução de obra sem projeto aprovado pelo IPHAN. Município de Mariana.	121	PR/MG
Notificação Extrajudicial por execução de obra sem projeto aprovado pelo IPHAN. Município de Ouro Preto.	121	PR/MG
Notificação Extrajudicial por execução de obra sem projeto aprovado pelo IPHAN, no Município de Diamantina.	121	PR/MG
Notificação Extrajudicial por execução de obra sem projeto aprovado pelo IPHAN, no Município de Ouro Preto.	121	PR/MG
Notificação Extrajudicial por execução de obra sem projeto aprovado pelo IPHAN, Município de Ouro Preto.	121	PR/MG
Notificação Extrajudicial por execução de obra sem projeto aprovado pelo IPHAN. Município de Ouro Preto.	121	PR/MG
Notificação extrajudicial por execução de pintura externa em desacordo com a cor autorizada pelo IPHAN. Município de Tiradentes.	120	PR/MG
Notificação Extrajudicial por Execução irregular de obras sem apresentação de projeto aprovado pelo IPHAN. Município de Diamantina.	121	PR/MG

Notificação extrajudicial por recolocação de grade e portão metálico em edificação térrea. Município de Tiradentes.	120	PR/MG
Obra ilegal executada por Agenor Sambrano em Porto Seguro.	117	PRM/Ilhéus
Obras Irregulares em São João Del Rei.	121	PGR
Possíveis danos ao Patrimônio Público e Histórico na área histórica do Recife Antigo.	117	PR/PE
Possíveis ilegalidades na construção do Esquadrão da Polícia Montada do Distrito Federal nos limites do Parque da Cidade.	116	PR/DF
Preservação de Patrimônio cultural deixado na região metropolitana do Recife pela ocupação holandesa.	118	PGR
Recuperação do prédio da Delegacia da Polícia Federal em Rio Grande, na Rua General Osório 512.	118	PR/RS
Solicita adjutório do Ministério das Relações Exteriores para fazer contato com museus localizados em Nova York, Londres e Tóquio, onde se noticia haver acervo de fósseis oriundos da Formação Santana, sem a competente autorização de quem de direito.	121	PGR

1.3 Outros 060

Assunto	Ata nº	Origem
Ação irregular na Prefeitura de Búzios/RJ.	116	PR/RJ
Acompanhamento da atuação da Polícia Federal nos crimes contra a flora e ambientais em geral.	120	PR/PE
Apuração da possibilidade de ocorrência de danos ambientais em virtude da publicação da Lei Municipal que transforma em zona urbana parte da zona rural do Município de Jundiá	121	PRM/Campinas
Apuração dos impactos ambientais do empreendimento "Plano de Desenvolvimento Urbanístico da Fazenda Sete Quedas".	119	PRM/Campinas
Associação Comunitária de Capão da Canoa - ACCC, solicita providências no tocante a uma área projetada como verde no Município de Capão da Canoa.	118	PR/RS
Audiência judicial sobre o empreendimento Vega do Sul.	121	PGR
Autorização, pela CTN-BIO, de plantio e comercialização de soja geneticamente modificada pela empresa MONSANTO.	121	PR/SP
Conselho Nacional de Defesa Ambiental (CNDA) relata suposta procrastinação na análise de documentos enviados à Secretaria Executiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com o objetivo de inscrever-se no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA).	121	PR/SP
Construção de casas populares no Município de São Vicente.	118	PR/SP
Construção e reforma de Centro Universitário e aeroporto em Guarujá.	113	PRM/Santos
Consulta referente a funcionalidade técnica e legal das atividades relativas a produção mineral sem o acompanhamento do engenheiro de minas.	116	4ª CCR
Contaminação por fungos em árvores. Rio de Janeiro.	116	PR/RJ
Correspondência enviada pela Fundação SOS Euterpe Edulis, solicitando auxílio no sentido de apoiar a atividade de	119	PRM/Ilhéus

produção de mudas nativas da Mata Atlântica.		
Denúncia de ameaça de desapropriação da fazenda Taboleiro pelo Incra, em Floresta/PE.	120	PR/PE
Denúncia de assentamento de sem-terra na área de pinheiros da Pró-Flora, próximo à região do Córrego Aguilhada.	121	PR/DF
Denúncia de Corrupção envolvendo o IBAMA/CECAV, na implantação do "Projeto Pantanal".	114	4ª CCR
Denúncia de irregularidades praticadas pelo IBPA.	113	PR/SP
Depredação do Morro do Pai Inácio causada por empresário de turismo.	121	PR/BA
Desapropriação do Edifício Themis pela Prefeitura Municipal de Salvador.	108	PR/BA
Desapropriação do Edifício Themis pela Prefeitura Municipal de Salvador.	108	PR/BA
Empreendimento Nova Sepetiba I. Possíveis irregularidades ocorridas na audiência pública realizada no dia 30/11/00, que tratou do EIA/RIMA do loteamento	120	PR/RJ
Encaminhamento de cópia de inicial de Ação Civil Pública em desfavor da Empresa FLORESTAM Indústria de Madeiras.	114	PRM/JlIe
Eventos realizados dentro do Campus da Universidade Federal de Uberlândia.	121	PGR
Filmes pornográficos. Zoofilia. Bizarre News. Crime previsto no art. 32 da Lei 9605.	119	PR/SP
Folheto de propaganda de empreendimento sem menção a sua regularidade ambiental.	117	PR/CE
História dos Grandes Inventos. Abril Coleções Ltda. Revista Seleções. Invenção do avião. Informações erradas.	119	PR/SP
Implantação de projetos de Colonização e Reforma Agrária sem observar a legislação florestal.	117	4ª CCR
Importação de pneumáticos usados.	113	PR/SP
Indicação de um Membro do MPF para integrar comissão técnica temporária junto ao Instituto do Meio Ambiente - IMA/AL.	120	CSMPF
Infração ao meio ambiente.	117	PR/PE
Instalação de garagem clandestina de ônibus no bairro de Santo Amaro, ocasionando problemas de saúde à vizinhança.	119	PR/SP
Instituto de Criminalística Carlos Éboli - ICCE/RJ. Laudo de Medição e Mapeamento Fotográfico da Área de Domínio Público. Existência de "ferros-velhos" ao longo da Rodovia Presidente Dutra/Nova Iguaçu/RJ.	120	PR/RJ
Introdução em território brasileiro e o descarregamento nos portos de Porto Alegre e Estrela de milho transgênico proveniente da Argentina e importado pelas empresas Avipal S/A e Languiru Ltda.	118	PR/RS
Mandado de Segurança para verificação de reparação ambiental.	113	PR/MG
Manifestação de repúdio contra mudanças do IPHAN do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.	108	PR/CE
Matéria Jornalística intitulada "Ex-prefeito de Itaparica é acusado por crime ambiental", veiculada no jornal "A Tarde".	121	PGR

Matéria jornalística publicada no Jornal Zero Hora. Utilização de anabolizantes em rebanhos.	120	PR/RS
Minuta de Convênio de Cooperação Técnico-Científica a ser celebrado entre o Ministério Público Federal e a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, objetivando atuação integrada no âmbito da política nacional de meio ambiente.	121	PGR
Missiva do Sr. Paulo César Tiri Gomes solicitando colaboração para envio de cópias de leis ambientais, livros e revistas com a abordagem de assunto de meio ambiente.	120	PR/RJ
Navio arrestado no cais da CODESP sem adequada manutenção.	119	PRM/Santos
Notícia de imprensa sobre a situação ambiental do Estado do Ceará.	108	PR/CE
Notícia de imprensa. Prática de diversas infrações ambientais na cidade de Lavras da Mangabeira.	121	PR/CE
Notícia de imprensa: "Prefeitura constrói diques sem licença".	120	PR/PE
Notícia de imprensa: "Prefeitura quer vender mata no agreste". Município de Limoeiro.	119	PR/PE
Notificação judicial ajuizada pelo MPF em virtude de matéria publicada na imprensa.	108	PR/SC
Obra de um teleférico no Município de Osório/RS.	118	PR/RS
Ocorrência de crime ambiental, com a autorização indevida de licença por parte dos órgãos ambientais, no Município de São Francisco do Sul.	121	PRM/Jlle
Privatização ou transformação em parte ou total de áreas do bairro de Maria Farinha/PE.	117	PR/PE
Projeto de complementação do sistema de trens metropolitanos do Recife.	121	PR/PE
Protocolo de ação conjunta firmado entre os Ministérios Públicos dos Estados do Maranhão e do Piauí, Ministério Público do Trabalho da 22ª Região e da 16ª Região e o MPF nos Estados do Maranhão e Piauí. Projeto Velho Monge.	121	PGR
Protocolo de ação conjunta firmado entre os Ministérios Públicos dos Estados do Maranhão e do Piauí, Ministério Público do Trabalho da 22ª Região e da 16ª Região e o MPF nos Estados do Maranhão e Piauí. Projeto Velho Monge.	121	PGR
Publicação de cópia de petição inicial.	114	PR/PE
Relatório produzido pela CPI destinada a apurar a regularidade do contrato celebrado entre a CBF e a empresa multinacional NIKE.	121	PR/DF
Renovação de convênio IBAMA/ITCF/ES.	118	PR/ES
Representação alegando acordo com Procuradores da República no estado do Espírito Santo, para remuneração dos trabalhos realizados por denunciante.	115	PR/ES
Representação contra o Hotel Pousada Icaraí.	108	PR/CE
Representação do IBAMA contra a ONG IBEMA, por sua atuação na fiscalização de danos ambientais.	117	PR/RJ
Suspensão da exigência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) - Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) da duplicação da confluência das BR's 070, 163 e 364, no trecho entre os Km 343 e 360, abrangendo a Serra de São Vicente.	121	PR/MT

Venda de lotes irregulares em loteamentos clandestinos no litoral linhareense.	120	PR/ES
Visita Técnica realizada na Fazenda Alta Floresta.	117	PR/GO

2. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA 023

Assunto	Ata nº	Origem
Ação Civil Pública visando coibir atuação de empresários na área de carcinocultura, provocando a degradação de manguezais.	109	PR/RN
Acompanhamento de tramitação de Emenda Constitucional que atualiza o conceito de terrenos de marinha.	113	4ª CCR
Centro Histórico de Salvador. Tráfego de veículos pesados na área do Pelourinho, em Salvador.	121	PR/BA
Construção irregular de um canal para reter e desviar águas.	121	PGR
Corte de madeira de diversas essências florestais. Reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau.	118	PR/RO
Denúncia sobre inconstitucionalidade de Plano Diretor Municipal.	109	PR/RJ
Desmatamento e invasão em margem de lagoa.	113	PR/ES
Extração de areia em restinga sem a devida fiscalização dos órgãos competentes, no Município de Vila Velha.	114	PR/ES
Extração de Vegetação e Árvores na Mata Atlântica e em Nascente de Olho D'água, áreas de preservação permanente no Município de Paudalho.	120	PR/PE
Iminência de desabamento de imóvel tombado em Laguna.	118	PGR
Infiltrações nas paredes do Palácio Imperial, rua da Imperatriz nº 220 – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Invasão pelo Movimento dos Sem Terra – MST na Fazenda Ipanema, onde está a Floresta Nacional de Ipanema.	118	PGR
Irregularidades na realização no torneio de pesca oceânica de peixes de bico.	117	PR/ES
Lançamento de esgoto "in natura" na Baía de Guanabara pelos clubes situados na praia de São Francisco, Niterói, especificamente na estrada Fróes – Iate Clube Brasileiro.	121	PR/RJ
Maus tratos e comércio ilegal de animais silvestres.	108	PR/RJ
Necessidade de recuperação da pavimentação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 43 – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Necessidade de recuperação da pavimentação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 61 – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Necessidade de recuperação da pavimentação do Conjunto Urbano Paisagístico na Avenida Koeller nº 109 – Petrópolis.	115	PRM/Petrópolis
Obra irregular em imóvel no perímetro de conjunto urbano tombado.	118	PR/MG
Pesquisa mineral na Cidade de Itaperuna/RJ. MAG-BAN Mármores e Granitos Aquidaban Ltda.	121	PR/RJ
Reivindicação de criação de APA Federal na região costeiro-	117	PR/ES

estuarina de Santa Cruz, Município de Aracruz.

Representação feita pelo IBAMA sobre corte de árvores em floresta de preservação nacional no qual aparece como responsável, o Sr. Djalma Antônio dos Passos.	120	PR/PE
--	-----	-------

Requerimento da Advocacia Geral da União para o ajuizamento de ação civil pública no intuito de obter provimento judicial para a retirada de ambulantes instalados em calçadas que servem a patrimônio tombado pela União Federal.	121	PGR
--	-----	-----

3. REMESSA DE PROCEDIMENTOS/ PEÇAS DE INFORMAÇÃO 019

3.1 Ao Procurador Geral da República 001

Assunto	Ata nº	Destino
Pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei estadual que trata de criação, exploração e competição entre aves da espécie <i>Galus-galus</i> .	113	PGR

3.2 Às Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal. 006

Assunto	Ata nº	Destino
Denúncia sobre a execução de obras irregulares no acampamento da Telebrasilândia por parte do GDF.	114	PR/DF
Desmatamento de área de manguezal, de preservação permanente na Fazenda Paraíso - ilha da Catita, no Município de Igarassu.	120	PR/PE
Ocupação irregular de áreas de preservação.	113	PR/MA
Projeto de lei que trata de criação de unidade de conservação – Parque Vivencial do Lago Norte.	113	PR/DF
Representação contra a Petrobrás por vazamento de petróleo.	114	PR's que atuam na questão.
Suspensão de todas as atividades de extração de madeiras da floresta Amazônica.	113	PR's da Região Amazônica.

3.3 Às Procuradorias da República em Municípios 001

Assunto	Ata nº	Destino
Consulta sobre dispensa de licenciamento ambiental prévio para obras em municípios sob decretação de estado de emergência.	112	PRM/Jlle

3.4 Às demais Câmaras 004

Assunto	Ata nº	Destino
Crítérios adotados pelo IBAMA para a escolha das empresas exploradoras de madeiras.	121	5ª CCR
Irregularidades na concessão de aposentadoria por tempo de serviço de Bráulio Rodrigues da Silva.	121	5ª CCR

Notícia de Imprensa pertinente à autorização para o funcionamento de madeireira em plena Floresta Nacional de Brasília.	121	5ª CCR
---	-----	--------

Voto proferido por Conselheiro da OAB/RJ referente à declaração de inconstitucionalidade de lei estadual, que permite torneios e exposições de galos das raças <i>Gallus Gallus Bankivas</i> .	121	1ª CCR
--	-----	--------

3.5 A outras instituições..... 001

Assunto	Ata nº	Destino
Despejo de prata sem tratamento adequado.	115	MPE/RJ

3.6 À Assessoria técnica e jurídica..... 004

Assunto	Ata nº	Destino
Derramamento de óleo em Angra dos Reis, pelo navio N/T "Docefjord".	116	PR/RJ
Instalação de balsa de transporte fluvial no rio Araguaia. Municípios de Cocalinho/MT e Aruanã.	120	PR/MT
Rio Pomba Empresa de Mineração Ltda. Despejo de resíduos e Lama do minério no Ribeirão Papagaio, dando causa a poluição ambiental e mortandade de peixes.	120	PRM/Juiz de Fora
Substituição de Florestas Homogêneas Exóticas por Matas Nativas às Margens de Cursos D'água. MPF, IBAMA, COPEL.	120	PR/PR

4. DELIBERAÇÕES EM TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA 025

Assunto	Ata nº	Destino
Construção de aterro sanitário no Município de Avaré.	121	PGR
Cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado com a Super Via, SEMA/MG e a FEEMA.	115	PR/MG
Firmado com a Companhia de Geração Elétrica Tietê, a Prefeitura Municipal de Ouroeste e o IPHAN.	114	PR/SP
Firmado com a Empresa ENGEPA - Engenharia do Pavimento S/A em ACP.	111	PRM/Jlle
Firmado com a Fundação do Meio Ambiente - FATMA e a Empresa Carbonífera Barro Branco S/A .	119	PGR
Firmado com a Fundação do Meio Ambiente - FATMA e a Empresa Empreiteira de Mão-de-Obra Nischiola Ltda.	119	PGR
Firmado com Associação Ecológica e Esportiva Couto de Magalhães, Associação de Monitores do Sul da Ilha do Campeche e o IPHAN.	114	PR/SC
Firmado com Fátima e Malharia Caima Cia.	111	PRM/Jlle
Firmado com Max Vision Comunicação Ltda e o IPHAN.	114	PR/SC
Firmado com Paulo César Machado em ACP.	111	PRM/Jlle
Firmado entre a PRM/Criciúma e o Município de Nova Veneza.	121	PGR
Firmado entre a PRM/Criciúma e o Município de Nova Veneza.	121	PGR

Firmado entre a PRM/Criciúma, o IBAMA, a empresa BOCRIL e a empresa Comércio de Derivados de Petróleo Cocal do Sul Ltda.	121	PGR
Firmado entre a PRM/Petrópolis, a empresa Petro Carioca e o IBAMA.	121	PGR
Firmado entre a PRM/Presidente Prudente e Eduardo Zenzo Yamamoto, objeto do Inquérito Civil Público 2001.61.12.003199-6.	121	PGR
Firmado entre a Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto e a Associação Nipo Brasileira de Barrinha.	121	PGR
Firmado entre a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, o IBAMA e a empresa Sibra Empreendimentos S/A.	118	PGR
Firmado entre a Rede Ferroviária Federal S/A, com a participação da gerência da CETESB em Sorocaba.	121	PGR
Firmado entre o Ministério Público Federal, a Fundação do Meio Ambiente - FATMA e a Empresa Mineração Forquilha Ltda.	121	PGR
Firmado entre o MPF e Demetrius de Paulo Pironhe.	121	PGR
Firmado entre o MPF e João Batista da Silva.	121	PGR
Firmado entre o MPF, o IBAMA, e a RFFSA.	121	PGR
Firmado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o Município de Vila Velha e a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.	121	PGR
Referente ao Procedimento número 1.34.0001.000359/2001-22.	114	PRM/ Presidente Prudente
Rio Polímeros Ltda. Possível destruição ou danificação de florestas consideradas de preservação permanente. Campos Elísios. Duque de Caxias.	121	PR/RJ

5. MANIFESTAÇÕES RELATIVAS À PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS, CURSOS E A VIAGENS EM SERVIÇO 004

Evento	Local	Membros
Reunião de Trabalho.	Porto Seguro/BA	Márcio Andrade Torres
Reunião sobre o projeto hidrovía Paraná-Paraguai.	Corumbá/MS	Roberto Monteiro Gurgel Santos
5º Congresso Internacional de Direito Ambiental, realizado em São Paulo, no período de 4 a 7 de junho de 2001.	São Paulo/SP	(1)
Reunião de Trabalho sobre a Bacia do Rio Grande.	Uberaba/MG	Drª Sandra Cureau

(1) Participação de membros titulares e suplentes da 4ª CCR e um Procurador Regional por região e um Procurador da República por Estado.

6. OUTRAS DELIBERAÇÕES026

Assunto		Ata nº
Ata de reunião conjunta - 4ª e 6ª CCR.	121	4ª CCR
Conhecimento de expediente que trata da proibição de despesas com lanches, na realização de eventos.	108	4ª CCR
Decisão que a 4ª CCR somente se manifestará sobre a participação de membros do MPF em eventos relacionados a sua área de competência, quando estes forem promovidos ou tiverem apoio dela.	108	4ª CCR
Encaminhamento de recomendação ao IBAMA contrária adoção de medida que autoriza extração de espécies ameaçadas de extinção.	108	4ª CCR
Entendimento jurídico sobre competência para atuar em questões de mata atlântica.	113	4ª CCR
Envio de expediente ao DNPM, recomendando o cumprimento da legislação ambiental, em autorizações em pesquisas minerais.	112	4ª CCR
Envio de expediente ao DNPM, recomendando o cumprimento da legislação ambiental, em autorizações em pesquisas minerais.	112	4ª CCR
Envio de expediente ao MMA recomendando o cumprimento de decisão judicial para desocupação de áreas de proteção indireta.	110	4ª CCR
Envio de expediente às Assessoria Técnica e Assessoria Jurídica da Agência Nacional de Águas - ANA referente a minuta de proposta de Resolução de Fiscalização.	119	4ª CCR
Envio de expediente encaminhando a ACP ajuizada pela PR/RJ em desfavor da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE/RJ às PR's recomendando análise sobre a possibilidade de tomada de medida semelhante.	108	4ª CCR
Envio de expediente encaminhando às PR's e PRM's, a Carta de Campo Grande elaborada pelos participantes do 2º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.	109	4ª CCR
Envio de Proposta de Prestação de Serviços Periciais e providências no sentido de liberação de recursos.	118	4ª CCR
Manifestação de apoio a Procuradora no Município de Rio Grande, Drª Anelise Becker, relativo a reportagens publicadas na imprensa local sobre a atuação do MPF relativamente ao Projeto Bujuru, do Grupo Paranapanema.	118	PRM/Rio Grande
Manifestação dos Membros cumprimentando a	108	4ª CCR

Procuradora da República de São Paulo, Dr^a Maria Luiza Grabner, pela participação em reunião que tratou do licenciamento ambiental de Jazida de Calcário, no Município de Cruzeiro do Sul, em São Paulo.

Manifestação dos Membros parabenizando à PRM/Joinville, em face de sua atuação na defesa da Tutela Coletiva do Meio Ambiente.	108	4 ^a CCR
Manifestação dos Membros parabenizando o Dr. Cláudio Valentin Cristani, Procurador da República em Joinville, pelo Título "Amigo da Comunidade".	108	4 ^a CCR
Manifestação favorável ao encaminhamento de cópia da promoção de arquivamento referente ao procedimento que trata das condições de funcionamento de matadouros à PRM/Bauru.	116	PRM/Bauru
Memorando ao IPHAN referente a carência de recursos humanos e financeiros do Órgão.	117	4 ^a CCR
Mudança para a nova sede da PGR. Problema de espaço.	121	4 ^a CCR
Programação das reuniões ordinárias da 4 ^a CCR para o 1 ^o semestre.	108	4 ^a CCR
Publicações no jornal local onde a PRM/Sorocaba sugere novas áreas para a construção de Campus da UNESP e UFSCAR, fora da Unidade de Conservação Ambiental da Floresta Nacional de Ipanema.	121	PRM/Sorocaba
Recebimento de Relatório Estatístico sobre Ações que afluem ao TRF 4 ^a Região.	111	4 ^a CCR
Recomendação à FEBAM para abster-se de proceder ao licenciamento do Projeto de BUJURU e ao IBAMA para assumir o referido licenciamento.	108	4 ^a CCR
Tomada de conhecimento de documento sobre participação do Brasil no Fundo do meio Ambiental <i>Global Environment Facility</i> – GEF.	112	4 ^a CCR
Tomada de conhecimento de ofício sobre a atuação de procuradores da República do Estado de Goiás no Município de Marabá/PA.	112	4 ^a CCR
Tomada de conhecimento de ofícios da Procuradoria da República 1 ^a Região referente ao I Encontro da Justiça Federal e do Ministério Público Federal da 1 ^a Região.	119	4 ^a CCR

4. EVENTOS PROMOVIDOS PELA 4ª CCR

Em 2001, a 4ª Câmara de Coordenação organizou dois Encontros Temáticos – realizados nas Procuradorias da República dos Estados, abrangendo regiões específicas – o IV Encontro Nacional do MPF sobre Meio Ambiente e patrimônio Cultural e uma semana de eventos em comemoração ao dia do Meio Ambiente.

4.1 IV ENCONTRO NACIONAL DO MPF SOBRE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

Realizado no período de 1º a 5 de outubro de 2001, na Cidade de Pirenópolis, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

4.1.1 PARTICIPANTES

Procuradores da República

Adilson Paulo Prudente do Amaral

Procurador da República no Município de São José dos Campos/SP

Alessander Wildson Cabral Sales

Procurador da República no Estado de Ceará

Alexandre Camanho de Assis

Procurador da República no Distrito Federal

Álvaro Luiz de Mattos Stipp

Procurador da República no São José do Rio Preto/SP

Analúcia Andrade Hartmann

Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

Andréa Silva Araújo

Procuradora da República no Município de Imperatriz/Ma

Anelise Becker

Procuradora da República no Estado do Rio Grande/RS

Aurélio Virgílio Veiga Rios

Procurador Regional da República na 1ª Região

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Procurador da República no Estado de Goiás

Carlos Augusto de Amorim Dutra

Procurador da República no Estado de Santa Catarina

Carlos Roberto Diogo Garcia

Procurador da República no Estado de Rondônia

Carmem Elisa Hessel

Procuradora da República no Município de Santa Maria/RS

Cláudio Alberto Gusmão Cunha

Procurador da República no Estado da Bahia

Cláudio Valentim Cristani

Procurador da República no Município de Joinville/SC

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Procuradora Regional da República na 3ª Região

Daniele Cardoso Escobar

Procuradora da República no Estado do Rio Grande do Sul

Elaine Cristina de Sá Proença

Procuradora da República no Município de Sorocaba/SP

Eliana Torelly

Procuradora da República no Distrito Federal

Fábio Bento Alves

Procurador da República no Estado do Rio Grande do Sul

Felipe Bretanha Souza

Procurador da República no Estado de Roraima

Fernando José Piazenski

Procurador da República no Município de Joinville/SC

Francisco Guilherme Vollstedt Bastos

Procurador da República no Município de Ribeirão Preto/SP

Jefferson Aparecido Dias

Procurador da República no Município de Marília/SP

João Akira Omoto

Procurador da República no Município de Londrina/PR

José Adércio Leite Sampaio

Procurador da República no Estado de Minas Gerais

José Osmar Pumes

Procurador da República no Município de Criciúma/SC

José Pedro Gonçalves Taques

Procurador da República no Estado de Mato Grosso

Laura Noeme dos Santos

Procuradora Regional da República na 3ª Região

Márcio Andrade Torres

Procurador da República no Município de Ilhéus/BA

Marco André Seifert

Procurador da República no Estado do Rio Grande do Norte

Marcos Antônio da Silva Costa

Procurador da República no Estado de Pernambuco

Marcus Vinícius Aguiar Macedo

Procurador da República no Estado do Acre

Maria Soares Camelo Cordioli

Procuradora Regional da República na 1ª Região

Mário Lúcio de Avelar

Procurador da República no Estado de Tocantins

Nívio de Freitas Silva Filho

Procurador Regional da República na 2ª Região

Osmar Veronese

Procurador da República no Município de Santo Ângelo/RS

Paulo Vasconcelos Jacobina

Procurador da República no Estado de Sergipe

Rosângela Pofahl Batista

Procuradora da República no Estado de Goiás

Sandra Akemi Shimada Kishi

Procuradora da República no Município de Piracicaba/SP

Sérgio Lauria Ferreira

Procurador da República no Estado de Amazonas

Uairandyr Tenório de Oliveira

Procurador da República no Estado de Alagoas

Ubiratan Cazetta

Procurador da República no Estado do Pará

Walter Claudius Rothemburg

Procurador da República no Estado de São Paulo

Zilmar Antônio Drumond

Procurador da República no Município de Uberaba/MG

Analistas Periciais e Técnicos Administrativos da 4ª CCR

Alessandro Filgueiras da Silva

Analista Pericial em Biologia

Amy Vasconcelos de Souza

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

Carlos Alberto de Sousa Correia

Analista Pericial em Biologia

Clauber Dalma Maria Caixeta

Analista Pericial em Biologia

Dalma Maria Caixeta

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

Emília Uihôa Botelho

Analista Pericial em Antropologia

Enéas da Silva Oliveira

Analista Pericial em Engenharia Florestal

Hermon Marchezine da Silva Neiva

Técnico Administrativo

Joanildo Santiago de Souza

Analista Pericial em Engenharia Florestal

Jorge Gomes do Cravo Barros

Geólogo

Kênia Gonçalves Itacaramby

Analista Pericial em Antropologia

Leopoldo Klosovski Filho

Assessor

Luciana Adele Maria Bucci

Analista em Documentação

Marcos Cipriano Cardoso Garcia

Analista Pericial em Engenharia Florestal

Maria Geraldina Salgado

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

Mirtes Duarte Magalhães

Analista Pericial em Biologia

Saulandre Paulo Morais

Técnico Administrativo

Sheila Telles Meyer

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

Roberto Bernier de M. Pacheco
Técnico Administrativo

Analistas Periciais lotados em outros estados

Adriana Oliveira
Analista Pericial em Engenharia Florestal
Procuradoria da República no Estado de São Paulo

Avelino Marques da Silva
Analista Pericial em Contabilidade
Procuradoria da República no Estado de São Paulo

Aloysio Ferraz de Abreu
Analista Pericial em Engenharia Sanitária
Procuradoria da República no Município de Campina Grande

Cláudia Márcia Freire Lage
Assessora
Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais

Cláudia Regina dos Santos
Assessora
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina

Fábio de Miranda Oliveira
Analista Pericial em Biologia
Procuradoria da República no Estado da Bahia

Sandra Dias Costa
Analista Pericial em Biologia
Procuradoria da República no Estado de São Paulo

Analistas Periciais lotados em outros Órgãos

Denise Christina Nicolaidis
Analista Pericial em Engenharia Florestal
Cedida ao Ministério do Meio Ambiente

Estagiários

Jorcelina Ferreira Conceição
Estagiária em Engenharia Florestal

Maristela Rodrigues Queiroz
Estagiária em Geografia

4.1.2 PROGRAMAÇÃO

Segunda-feira, 1º de outubro de 2001.

09:30 h **Abertura**

Procurador-Geral da República
Membros da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão
Ministro de Estado do Meio Ambiente
Ministro de Estado da Cultura

12:00 h **Almoço**

14:30 h Mesa Redonda: "**Energia e Meio Ambiente: Desafios e Soluções**".

Coordenador: Antônio Fernando Barros e Silva de Souza
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular da 4ª

Expositores:

Afonso Henriques Moreira Santos

Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia

Emílio Febre la Rovère

Professor da COPPE/UFRJ

16:00 h **Intervalo**

16:20 h Mesa Redonda: "**Impactos socioambientais dos projetos da área energética**".

Coordenador: Sandra Cureau
Membro Titular da 4ª CCR

Expositores:

Eduardo Sales Novaes

Secretário de Qualidade Ambiental nos

Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente

Paulo Jorge Morais Figueiredo

Coordenador do Núcleo

Interdisciplinar de Energia e Sociedade da UNIMEP

18:30 h **Encerramento**

Terça-feira, 2 de outubro de 2001

08:30 h **Grupos de trabalho**

A - Patrimônio Edificado e Documental: o caso da RFFSA.

Coordenadora: Sandra Cureau
Membro titular da 4ª CCR

B - Unidades de Conservação.

Coordenador: Ubiratan Cazzeta
Procurador da República no Pará.

C - Proteção dos Recursos Hídricos: Estudos de Casos.

Coordenador: Alexandre Camanho de Assis
Procurador da República no Distrito Federal.

D - Poluição por Efluentes Domésticos e Industriais.

Coordenadora: Anelise Becker
Procuradora da República no Município de Rio Grande/RS.

E - Geração e Transmissão de Energia.

Coordenador: Jefferson Aparecido Dias
Procurador da República no Município de Marília/SP.

F - Atividade de Exploração Madeireira e Uso do Solo.

Coordenadora: Analúcia Hartmann
Procuradora da República em Santa Catarina.

10:00 h **Intervalo**

10:20 h **Grupos de trabalho** (continuação).

12:30 h **Almoço.**

14:30 h **Visita à RPPN Vagafogo.**

16:30 h **Retorno da visita.**

18:30 h Exposição "**Restauração em Pirenópolis/GO**".

Expositores:

Silvio Cavalcante
Arquiteto do IPHAN

Wilde Cardoso Gontijo
Engenheiro civil do escritório Fazer Arquitetura e Engenharia

Saída de grupos para visitas orientadas ao Centro Histórico de Pirenópolis após o encerramento da Exposição e após o jantar.

Quarta-feira, 3 de outubro de 2001

08:30 h **Grupos de trabalho.**

G - Patrimônio Arqueológico, Espeleológico e Paleontológico.

Coordenador: Pedro Taques
Procurador da República em Mato Grosso.

H - Ações Preservacionistas, Políticas e Programas em Patrimônio Cultural.

Coordenador: Marcos Antônio da Silva Costa
Procurador da República em Pernambuco.

I - Ocupação de Zona Costeira

Coordenador: Alessandro Wilckson Cabral Sales
Procurador da República no Ceará.

J - Preservação, Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos.

Coordenador: José Adércio Leite Sampaio
Procurador da República em Minas Gerais.

K - Resíduos Sólidos

Coordenador: Paulo Jacobina
Procurador da República em Sergipe.

10:00 h

Intervalo.

10:20 h

Grupos de trabalho (continuação).

12:30 h

Almoço.

14:30 h

Painel "**A atuação da 4ª Câmara**".

Coordenador: Roberto Monteiro Gurgel Santos
Coordenador da 4ª CCR

4.1.3 RELATÓRIO FINAL

Sistematização:

Jefferson Aparecido Dias

Equipe Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Coordenadores:

Grupo de Trabalho A: Sandra Verônica Cureau (DF)

Grupo de Trabalho B: Ubiratan Cazetta (PA)

Grupo de Trabalho C: Alexandre Camanho de Assis (DF)

Grupo de Trabalho D: Anelise Becker (RS)

Grupo de Trabalho E: Jefferson Aparecido Dias (SP)

Grupo de Trabalho F: Analúcia Hartmann (SC)

Grupo de Trabalho G: Pedro Taques (MT)

Grupo de Trabalho H: Marcos Antônio da Silva Costa (PE)

Grupo de Trabalho I: Alessandro Wilckson Sales (CE)

Grupo de Trabalho J: José Adércio Leite Sampaio (MG)

Grupo de Trabalho K: Paulo Vasconcelos Jacobina (SE)

DISCUTIDOS OS ASSUNTOS OBJETO DOS GRUPOS DE TRABALHO CONSTITUÍDOS POR OCASIÃO DO IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SOBRE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL, OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, REUNIDOS EM SESSÃO PLENÁRIA, APROVARAM AS SEGUINTE CONCLUSÕES:

GRUPO DE TRABALHO A

Patrimônio Edificado e Documental: o caso da RFFSA

1. Indicativos de atuação da 4ª Câmara:

- Solicitar aos Serviços de Patrimônio Federal e dos Estados inventário do patrimônio cultural edificado, documental ou móvel tombado, em processo de tombamento ou reconhecido de alguma forma como de valor histórico ou cultural, incluindo relatório relativo ao seu atual estado de conservação.
- Enviar às PR e PRM a relação de bens referentes ao seu estado e/ou município.
- Solicitar à RFFSA os mapas de ramais desativados visando identificar outros bens de valor histórico e cultural não incluídos nas relações acima referidas.
- Solicitar à RFFSA inventário do acervo documental com valor histórico e cultural, especialmente os que não se encontram em bibliotecas e museus, incluindo especificação do seu atual estado de conservação.
- Solicitar às concessionárias inventário de bens operacionais incluídos no contrato de arrendamento, com relatório de seu atual estado de conservação.
- Dividir essas informações por unidades federativas e encaminhar aos respectivos Procuradores, juntamente com cópia dos contratos de arrendamento, para as providências cabíveis no sentido de promover a recuperação/ conservação destes bens, conforme cláusulas contratuais.
- Recomendar à liquidante da RFFSA que, no processo de alienação de bens móveis ou imóveis, de forma onerosa ou não, seja incluída cláusula que alerte os adquirentes do valor histórico e cultural dos mesmos.
- Solicitar às concessionárias que realizem levantamento de patrimônio móvel e documental com valor histórico e cultural que tenha sido recebido,

expressamente ou não, da RFFSA, quando da realização do negócio de concessão.

- Realizar levantamento das ONGs que trabalham com a matéria para repasse da informação aos Procuradores que atuam nas respectivas unidades federativas.
- Criar grupo de trabalho para acompanhamento do processo de liquidação e de garantia de integridade do patrimônio histórico e cultural da RFFSA.

-

2. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM:

- Ao receber o relatório do patrimônio móvel, imóvel e documental com valor histórico e cultural, recomendar e diligenciar o eventual tombamento ou arrolamento daqueles que ainda não o tenham sido.
- Ainda de posse do relatório, verificar a integridade dos bens tombados ou arrolados, adotando as medidas cabíveis, quando for o caso.
- Recebendo as informações sobre os ramais desativados, verificar a existência de outros bens móveis e imóveis de valor histórico e cultural, e promover as medidas cabíveis junto aos órgãos de patrimônio e à própria RFFSA para sua conservação/recuperação.
- Levantar informações sobre a existência de eventuais penhoras judiciais, em especial junto à Justiça do Trabalho, sobre bens de valor histórico e cultural, solicitando ao juiz que, em caso de alienação, alerte expressamente o adquirente sobre as responsabilidades pela conservação destes bens.
- Ao receber o relatório sobre o estado de conservação dos bens imóveis operacionais arrendados às concessionárias, adotar as providências cabíveis para que os contratos de arrendamento sejam cumpridos, no sentido de garantir a perfeita conservação dos bens, conforme normas técnicas vigentes, inclusive promovendo eventualmente o retorno à configuração original do bem.
- Promover junto às concessionárias a conservação adequada do patrimônio móvel ou documental com valor histórico e cultural que esteja em seu poder.
- Promover a identificação e as medidas necessárias para a conservação do patrimônio documental da RFFSA, em atenção ao relatório que será obtido pela Câmara e distribuído pelas respectivas unidades.
- Entrar em contato com as ONGs das respectivas áreas para identificar situações não abrangidas nos itens acima.

- Entrar em contato com as Universidades conveniadas com o Ministério Público Federal de forma a obter o apoio técnico necessário para o desempenho das atividades aqui relacionadas.
- Verificar o interesse de entidades públicas no sentido de receber bens de valor histórico e cultural da RFFSA, a título gratuito ou oneroso, lembrando-se especificamente dos casos de Campinas/SP e Araguari/MG, onde a transmissão dos bens ao município deu-se em forma de doação em pagamento para quitação dos débitos da RFFSA para com aqueles municípios.

Participantes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

Carlos Augusto de Amorim Dutra,

Carlos Alberto Vilhena,

Daniele Cardoso Escobar,

Felipe Bretanha Souza,

Laura Noeme Santos,

Osmar Veronese,

Paulo Vasconcelos Jacobina,

Sandra Verônica Cureau,

Walter Claudius Rothenburg.

Analistas Periciais:

Cláudia Márcia Freire Lage,

Luciana Adelle Maria Bucci,

Romina Faur Capparelli.

GRUPOS DE TRABALHO B e F

Atividades de Exploração de Madeira e Uso do Solo e Unidades de Conservação

1. Indicativos de atuação da 4ª Câmara:

- Recomendar ao CONAMA a fim de que este oriente todos os órgãos ambientais no sentido de que a Resolução CONAMA nº 04/85 continua em vigor.
- Promover, em conjunto com o Procurador Carlos Roberto Diogo Garcia, levantamento, em cada Estado, dos problemas gerados pelo fechamento de unidades do IBAMA, com vistas a subsidiar gestões junto àquela autarquia federal no sentido de que cumpra as suas competências.
- Manter contato com a 3ª CCR, a fim de promover atuação conjunta quanto a organismos geneticamente modificados e agrotóxicos.

2. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM.

- Grupo de Procuradores constituído pelos Drs. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Ubiratan Cazetta, Sérgio Lauria Ferreira, Analúcia Hartmann e Maria Luiza Grabner realizará, até o final do ano de 2001, levantamento de soluções, a partir de experiências nacionais e estrangeiras, o qual servirá de subsídio para agenda permanente de reuniões a ser estabelecida entre os membros da 4ª e da 6ª CCRs e Procuradores envolvidos em casos concretos.
- A solução para os problemas decorrentes das distintas atribuições do MPF na matéria deve ser encontrada antes de sua judicialização e, preferencialmente, já em sua fase extrajudicial, para conferir tratamento unitário à questão frente a órgãos como IBAMA e FUNAI.
- Realizar gestões junto à FUNAI para que promova a sustentabilidade das áreas indígenas (na fase de demarcação e mediante elaboração e aplicação de plano de manejo) e, junto ao IBAMA, para que tome conhecimento da realidade local das Unidades de Conservação, inclusive quando de sua criação, buscando a construção de soluções específicas para cada caso concreto.
- Estabelecer como prioridades para sua atuação:
 - a) O combate às madeiras que atuam nas Unidades de Conservação.
 - b) A responsabilização das indústrias do fumo pelos danos provocados pelos agrotóxicos ao meio ambiente e à saúde dos agricultores e pelo desmatamento destinado à secagem do fumo.
 - c) A promoção de ações específicas contra programas e incentivos governamentais para o plantio de espécies exóticas, exigindo licenciamento ambiental e condicionamento à recuperação de florestas nativas e de áreas de preservação permanente.
 - d) A exigência de contínua atualização, pelo IBAMA, das listas de espécies florestais ameaçadas de extinção, com vistas a subsidiar a análise dos pedidos de manejo florestal a ele submetidos.

- e) A exigência de fiscalização efetiva, pelo IBAMA, dos planos de manejo, inclusive quanto à correta classificação das espécies vegetais.
- Sustentar a inconstitucionalidade do corte raso de mata atlântica primária ou secundária, em estágios médio ou avançado de regeneração, em área urbana, uma vez que tal corte impede o cumprimento da função ecológica da floresta.
 - Gestionar para que seja admitido outro tipo de Unidade de Conservação – que não apenas de Proteção Integral – para fins de implantação como medida compensatória de grandes empreendimentos, a fim de evitar o crescimento da pressão sobre as populações tradicionais.
 - Agir para que seja exigido licenciamento ambiental, mediante elaboração de estudo prévio de impacto ambiental – e Registro Especial Temporário, quando se tratar de agrotóxico ou afim – também para a liberação experimental de organismo geneticamente modificado no meio ambiente.
 - Reforma agrária: fazer gestões junto ao INCRA, no sentido de que não contemple apenas aspectos agrônômicos quando da verificação do índice de produtividade de imóveis rurais mas, em atuação conjunta com o IBAMA, também os aspectos ambientais de sua exploração. Gestionar, ainda, para que a sustentabilidade econômico-ambiental do assentamento seja verificada, por IBAMA e INCRA, antes do decreto expropriatório.
 - Buscar a implementação da gestão compartilhada das APAs, de acordo com a Lei do SNUC.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

.Alessandre Wilkson Cabral Sales

Álvaro Stipp

Aurélio Virgílio Veiga Rios,

Anelise Becker,

Carlos Roberto Diogo Garcia,

Carmem Elissa Hessel

Déborah Duprat

Ela W. V. Castilho,

Elaine Cristina de Sá Proença,

Laura Noeme dos Santos,

Márcio Andrade Torres,
Marcos Antônio da Silva Costa,
Mário Lúcio Avelar,
Osmar Veronese,
Sérgio Lauria Ferreira
José Pedro Gonçalves Taques,
.Ubiratan Cazetta
Zilmar Antônio Drumond.

Analistas Periciais:

Adriana Oliva
Alessandro Filgueiras da Silva
Avelino Marques da Silva
Carlos Alberto de Sousa Correia
Cláudia R. dos Santos
Enéas da Silva Oliveira
Jorcelina Ferreira da Conceição
Kênia Gonçalves Itacaramby
Marcos Cipriano Cardoso Garcia
Leopoldo Klosovski Filho
Sandra Dias Costa

GRUPO DE TRABALHO C

Proteção de Recursos Hídricos: Estudos de Casos

Indicativos de atuação do Ministério Público Federal

- Atuação por bacia hidrográfica, sempre que possível, visto tratar-se de critério adotado pela Lei nº 9.433/97.

- Estabelecimento de parcerias com atores públicos e privados em todos os níveis, ou seja, Agência Nacional das Águas – ANA, Secretaria de Recursos Hídricos SRH/MME, IBAMA, Prefeituras, Secretarias de Meio Ambiente Estaduais e Municipais, Universidades e Organizações Não Governamentais.
- Ação coordenada entre as Procuradorias da República da área de influência da bacia, com ciência e/ou apoio técnico da 4ª CCR, adotando-se como providência inicial divulgação aos membros das estratégias para a gestão sustentável dos recursos hídricos prevista na Agenda da Água para o Distrito Federal.
- Utilização, na hipótese da criação de uma Agenda da Água específica, do texto básico criado pelos técnicos da 4ª CCR (Agenda da água para o Distrito Federal).
- Utilização do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Nacional da Saúde (Lei nº 8080/90) na implementação de medidas para a efetiva proteção dos recursos hídricos.
- Fomento da instalação dos Comitês de Bacias Hidrográficas mediante reuniões com setores públicos e privados indicados no item II.
- Incentivo, com o auxílio das Universidades e das ONG's, à educação ambiental voltada para a proteção dos recurso hídricos.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

Álvaro Luiz de Mattos Stipp,
Andréa Silva Araújo,
Aurélio Virgílio Veiga Rios,
Carlos Roberto Diogo Garcia
Carmem Elissa Hessel,
Daniele Cardoso Escobar,
.Eliana Peres Torelly de Carvalho
Fábio Bento Alves,
Fernando José Piazenski,
Francisco Guilherme Vollstedt Bastos,
Laura Noeme dos Santos,
Marco André Seifert,
Marcus Vinicius Aguiar Macedo
Maria Soares C. Cordioli,
Sérgio Lauria Ferreira,
José Pedro Gonçalves Taques,
Uairandy Tenório de Oliveira,
Zilmar Antonio Drumond.

Analistas Periciais:

Amy Vasconcelos de Souza

Jorge Gomes do Cravo Barros

Cláudia Márcia Freire Lage,

Fábio de Miranda Oliveira,

Ludmila P. Deroulede

GRUPO DE TRABALHO D

Poluição por Efluentes Domésticos e Industriais

(NÃO FOI FORMADO ESTE GRUPO DE TRABALHO)

GRUPO DE TRABALHO E

Geração e Transmissão de Energia

1. Moção

Os Membros do Ministério Público Federal reunidos no IV Encontro Nacional do Ministério Público Federal sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural manifestam o seu inconformismo com a criação do RAS – Relatório Ambiental Simplificado para usinas hidrelétricas, termelétricas, sistemas associados e sistemas de transmissão de energia, pela Resolução CONAMA n.º 279/2001, de 29/06/2001, bem como a preocupação que aspectos econômicos casuísticos acabem por fundamentar o descumprimento da lei e a agressão ao meio ambiente.

2. Indicativos de atuação da 4.ª Câmara

- Realizar o levantamento de material técnico-jurídico sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal face à crise energética, encaminhando-o a todos os Procuradores da República.
- Realizar o levantamento dos empreendimentos previstos e em andamento de geração e transmissão de energia elétrica, enviando a relação aos Procuradores da República que deverão acompanhar todas as etapas da obra, desde o seu projeto, para que a legislação pertinente seja respeitada.

- Comunicar os Procuradores da República que será criado um Grupo de Estudos para analisar os aspectos da crise energética e das medidas adotadas pelo Governo Federal, o qual será coordenado pelo Procurador da República Dr. João Akira Omoto e dispensará atenção especial aos estudos e soluções que garantam os direitos e interesses das populações atingidas pelas obras de geração e transmissão de energia.
- Recomendar a todos os órgãos ambientais licenciadores (Federal e Estaduais) para que estes exijam a identificação dos responsáveis pela elaboração dos EIA/RIMA's, com as suas respectivas assinaturas e anotação de responsabilidade técnica.

3. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM:

- Deverão dispensar especial atenção na análise dos impactos socio-econômicos dos empreendimentos relacionados a geração e transmissão de energia elétrica, objetivando que os estudos contemplem a melhor solução para a garantia dos direitos e interesses das populações atingidas pela obra, procurando uma atuação conjunta com o Ministério Público do Trabalho.
- Deverão exigir que os estudos de impacto ambiental das obras considerem o diagnóstico dos impactos na área de influência de toda a bacia hidrográfica, tendo em vista os demais empreendimentos existentes e previstos na bacia.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

.Carlos Alberto Vilhena

Jefferson Aparecido Dias

Deborah Macedo D. de Britto Pereira

.João Akira Omoto

José Osmar Pumes

Sandra Akemi Shimada Kishi

Analistas Periciais:

Avelino Marques da Silva

Dalma Maria Caixeta

Emília Uihôa Botelho

Maria Geraldina Salgado

Sheila Telles Meyer,

GRUPOS DE TRABALHO G e H

Patrimônio Arqueológico, Espeleológico e Paleontológico

Ações Preservacionistas, Políticas e Programas em Patrimônio Cultural

1. Moção de Apoio

Os Membros do Ministério Público Federal, reunidos no IV Encontro Nacional do Ministério Público Federal sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, em Pirenópolis (GO), no período de 1º a 05 de outubro de 2001, APROVAM moção de apoio à atuação da Procuradoria da República em Pernambuco, na defesa do patrimônio cultural nacional, mediante a propositura de ação cautelar, preparatória de ação civil pública, para impedir a saída do altar-mor da Igreja de São Bento de Olinda, para a exposição "Brasil: Corpo e Alma", no Museu Solomon Guggenheim, em Nova York, nos Estados Unidos da América, tendo a liminar sido concedida pela 1ª Vara Federal em Pernambuco e confirmada pelo TRF – 5ª Região, em sede de agravo de instrumento interposto contra aquela liminar.

Entendem, ainda, os Membros do Ministério Público Federal que a decisão do Vice-Presidente do TRF – 5a. Região, no exercício da presidência, suspendendo, na data de ontem (02/10), a pedido da AGU, a liminar e autorizando a saída do altar-mor, não observou a jurisprudência do STJ que veda a utilização do pedido de suspensão de segurança como sucedâneo recursal para impugnar decisão do próprio TRF que, em sede de agravo de instrumento, confirmou a liminar concedida, constituindo a decisão de suspensão exemplo de atuação deficitária daquela Corte, violadora do devido processo legal.

2. Indicativos de atuação da 4.ª Câmara:

- Recomendar ao IPHAN a realização de mapeamento nacional de bens e sítios de interesse cultural (arqueológico, paleontológico, etc.), devendo buscar o apoio do DNPM quanto ao patrimônio paleontológico, medida fundamental para subsidiar, entre outras coisas, a atuação do IPHAN durante o licenciamento ambiental de obras que possam implicar, ainda que potencialmente, danos ao patrimônio cultural nacional.

- Oficiar ao CONAMA apontando a necessidade de que sejam disciplinados, de forma mais expressa, os procedimentos e as exigências relativos à proteção do patrimônio cultural a serem observados no licenciamento ambiental, notadamente no que se refere ao patrimônio arqueológico, espeleológico, paleontológico e imaterial.
- Patrocinar, se possível com o apoio da ESMPU, seminário de capacitação sobre a atuação do Ministério Público Federal na defesa do patrimônio cultural nacional de natureza imaterial, tendo em vista o recente disciplinamento pelo IPHAN do registro desse tipo específico de patrimônio cultural.
- Estudar, em conjunto com a 2ª Câmara e com o apoio do DNPM, forma de combater o tráfico ilícito de material paleontológico para o exterior, para subsidiar a atuação do MPF no tema.

3. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM:

- Adotar medidas para garantir a participação efetiva do IPHAN no licenciamento ambiental, perante os órgãos ambientais federal (IBAMA), estaduais e municipais, desde a fase do termo de referência, quando se tratar de obras que, potencialmente, possam implicar danos ao patrimônio cultural nacional, quer de natureza material, quer de natureza imaterial.
- Nos Estados e Municípios beneficiados com verbas federais, repassadas no bojo de programas de proteção ao patrimônio cultural, tais como o Monumenta (sítios urbanos), Ecotur e outros, cabe aos Procuradores da República com atuação na defesa do patrimônio cultural estudar as formas e os meios para acompanhar e fiscalizar o emprego desses recursos, inclusive com a instauração de procedimentos administrativos de acompanhamento.
- A proteção do patrimônio cultural tem como princípio a atuação compartilhada e harmoniosa de todos os órgãos governamentais, sobretudo daqueles com atribuições nas áreas de meio ambiente e de patrimônio cultural, os quais devem adotar medidas de aproximação, mediante o estabelecimento de parcerias internas e externas, com instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.
- Apresenta-se como medida, que garante a efetividade da defesa do patrimônio cultural nacional pelo MPF, a expedição de recomendação aos órgãos licenciadores ambientais e às prefeituras municipais, quando não exigível o licenciamento ambiental, para que sejam comunicados ao IPHAN a identificação de sítios históricos, no curso do licenciamento ambiental ou na autorização para realização de obras.

- Apresenta-se como medida, que garante a efetividade da defesa do patrimônio cultural nacional pelo MPF, a expedição de recomendação às prefeituras municipais, às empresas concessionárias e às permissionárias de serviço público, para que as intervenções urbanísticas em sítios tombados pelo IPHAN não sejam realizadas sem a adoção de medidas de salvamento arqueológico e paleontológico.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

Aurélio Virgílio Veiga Rios
Carlos Roberto Diogo Garcia
Carlos Alberto Vilhena
Carmem Elissa Hessel
Jose Pedro Gonçalves Taques
Marcos Antônio da Silva Costa
Maria Soares Camelo Cordioli
Mário Lúcio de Avelar
Sérgio Lauria Ferreira
Ubiratan Cazetta

Analistas Periciais:

Emilia Ulhôa Botelho,
Kênia Gonçalves Itacaramby
Ludmila P. Derouledé

GRUPO DE TRABALHO I

Ocupação da Zona Costeira

1. Indicativos de atuação da 4.ª Câmara:

- Operacionalizar o acompanhamento da agenda de reuniões do CONAMA, para prévio conhecimento dos temas tratados, visando a colaboração do MPF na definição das políticas ambientais a serem implantadas por este colegiado.

- Recomendar ao Serviço de Patrimônio da União, com urgência, que promova o cancelamento de inscrições de todos os tipos de ocupações em áreas de preservação permanente, nos termos da lei 9.636/97.
- Recomendar ao CONAMA, urgentemente, que na elaboração da Resolução sobre as atividades de carcinicultura seja protegido integralmente o Apicum, por ser este parte integrante e indissociável do manguezal .
- Recomendar ao CONAMA, urgentemente, que na elaboração da Resolução sobre as atividades de carcinicultura sejam protegidas, integralmente, as áreas antigamente ocupadas pelas salinas e por viveiros de peixes, localizadas em áreas de preservação permanente, considerando que estas áreas devem ser exclusivamente destinadas à recomposição natural ou reflorestamento induzido de mangue.
- Recomendar ao CONAMA, urgentemente, que na elaboração da resolução sobre as atividades de carcinicultura seja exigida a apresentação de EIA/RIMA que contemple a sinergia dos impactos em face das outras atividades já instaladas, independentemente da área do empreendimento a ser licenciado.
- Elaborar estudo técnico acerca da caracterização dos manguezais como floresta, que deverá ser encaminhado à 2ªCCR/MPF, como subsídio para a atuação criminal do MPF.
- Recomendar ao Serviço de Patrimônio da União que na medida em que forem sendo encerradas as atividades das antigas salinas, bem como canceladas as ocupações inscritas para estas atividades, as áreas não sejam mais objeto de inscrição para atividades de aquicultura, devendo ser destinadas, exclusivamente, à recomposição natural ou reflorestamento induzido de mangue.
- Recomendar ao IBAMA, com urgência, que assuma sua competência administrativa para licenciamentos na Zona Costeira, avocando os licenciamentos em tramitação nos órgãos estaduais e municipais.
- Recomendar ao CONAMA a elaboração das Resoluções, referentes a cada Estado, pertinentes aos parâmetros básicos para a caracterização dos estágios de sucessão de vegetação de restinga, tendo em vista o possível uso indevido, aceito pelos órgãos licenciadores, dos parâmetros definidos para a Mata Atlântica (Decreto 750/93).
- Recomendar ao IBAMA que não permita, até a definição dos parâmetros referidos no item anterior, a supressão de vegetação de restinga.

2. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM:

- Reafirmar a posição institucional, estabelecida em encontros anteriores, segundo a qual a competência administrativa para licenciamentos de atividades e obras na Zona Costeira, considerando que esta é definida pela Constituição Federal como Patrimônio Nacional (art. 225, § 4º) é do IBAMA, acompanhados, quando cabível, pelas respectivas Gerências Regionais do Patrimônio da União e ouvidos os órgãos ambientais estaduais e municipais.
- Reafirmar a posição institucional no sentido de que compete ao Ministério Público Federal a defesa do patrimônio nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 75/93, independentemente das questões patrimoniais da União.
- A utilização da Ação de Improbidade Administrativa visando estabelecer a responsabilidade do agente público federal competente pela condução dos licenciamentos na Zona Costeira, no caso de não exercício ou de exercício indevido de suas atribuições.
- Que seja exigida a prévia apresentação de EIA/RIMA para qualquer alteração em áreas de preservação permanente, inclusive nos caso de utilização fundada em declaração de utilidade pública, nos termos da Medida Provisória 2.166-67.
- Recomendar aos Municípios integrantes da Zona Costeira, listados no PNGC II, a irrestrita observância das legislações federal e estadual de proteção da Zona Costeira, bem como a adequação, a estes parâmetros normativos, das leis municipais de uso e ocupação do solo.
- A priorização da proteção, na zona costeira, aos ecossistemas de restingas, pois face à sua localização paisagística privilegiada acentua-se a especulação imobiliária, comprometendo, inclusive, o equilíbrio geomorfológico das faixas litorâneas (erosão ou abrasão marinhas), com reflexos na preservação das praias.
- Uma atuação conjunta entre MPF, Serviço do Patrimônio da União, IBAMA e Municípios integrantes da Zona Costeira, conforme definidos no PNGC II, para a identificação e delimitação das áreas de praias, visando impedir as futuras ocupações e promover a demolição das existentes.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

Alessander Wilkcsen Cabral Sales

Analúcia Hartmann

Anelise Becker

Fábio Bento Alves

Francisco Guilherme Vollstedt Bastos

José Osmar Pumes

Márcio de Andrade Torres
Marco André Seifert
Uairandyr Tenório de Oliveira

Analistas Periciais:

Aloysio Ferraz de Abreu
Cláudia R. dos Santos
Clauber Moraes Pachêco
Fábio de Oliveira
Marcos Cipriano Cardoso Garcia
Mirtes Magalhães Duarte

GRUPO DE TRABALHO J

Preservação, Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos

1. Indicativos de atuação na 4.^a Câmara:

- Acompanhar o Projeto de Lei nº. 4.147/01 - necessidade de acompanhamento desses documentos, pois tratam da política nacional de saneamento. Há pontos polêmicos que devem ser explicitados.

2. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM:

- Sugerir à 4^a Câmara a preparação para cada Estado de um documento similar à Agenda da Água, elaborada para o Distrito Federal, fundamentada na caracterização fisiográfica, com destaque para os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Este documento deverá conter os principais pontos a serem abordados para a proteção e conservação das águas doces e servirá como um programa de trabalho.
- Comitês de bacias – acompanhar e estimular a instalação dos comitês de bacia, como medida mais efetiva para definição do uso racional e preferencial das águas e para análise e melhoria de sua qualidade.
- Saneamento básico e efluentes industriais - propor a intervenção do MPF, objetivando a tomada de providências tendentes a provocar ações dos governos para realização de serviços de saneamento e de controle das descargas industriais nos leitos de rios, lagoas e nas águas subterrâneas. Sem prejuízo de que a atuação deva ser preferencialmente articulada com o MPE, o MPF deverá

agir mesmo havendo dúvidas sobre a competência da Justiça Federal para a hipótese de ajuizamento de medidas judiciais cabíveis.

- Águas subterrâneas – necessidade de procedimentos para análise da situação do quadro geral – controle das autorizações, consideração dos impactos globais de poços e extração de água dos aquíferos, valendo-se dos bancos de dados existente na CPRM. Necessidade de entendimento dos domínios (Federal e/ou Estadual), objetivando o processo de outorga previsto na Lei nº 9.433/97.
- Entorno do reservatórios e rios federais – necessidade de investigação do quadro de ocupação dessas áreas.
- Águas termais – importância de se investigar a qualidade da água e as formas de sua utilização.
- Região amazônica – sugerir a integração da atividade dos diversos Procuradores atuantes na área, para resultados mais efetivos nos setores de recursos hídricos e saneamento básico. Essa proposta objetiva uma convergência da ação dos Procuradores da República que atuam em uma mesma bacia hidrográfica, no caso a bacia amazônica, como ocorre na bacia do Rio São Francisco.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

- .Álvaro Luiz de Mattos Stipp
- .Carlos Alberto Vilhena
- .Cláudio Valentim Cristani
- .Consuelo Y. M. Yoshida
- .José Adércio Leite Sampaio
- .Marcus Vinícius Aguiar Macedo
- .Nívio de Freitas Silva Filho
- .Osmar Veronese
- .Sandra Akemi Shimada Kishi
- .Sérgio Lauria Ferreira
- .Zilmar Antônio Drumond

Analistas Periciais:

- .Amy Vasconcelos de Souza
- .Avelino M. Silva
- .Dalma Maria Caixeta
- .Ludmila P. Deroulede
- .Jorcelina F. da Conceição
- .Maristela Queiroz

.Sheila Telles Meyer

GRUPO DE TRABALHO K

Resíduos Sólidos

1. Indicativos de atuação da 4.^a Câmara:

- Elaborar nota técnica a respeito das pilhas domésticas, indicando sua toxicidade frente ao nível atual de consumo no país, a despeito do que consta das resoluções do CONAMA.
- Efetuar pesquisa sobre doutrina, jurisprudência e legislação comparada a respeito da responsabilidade pós-consumo dos fabricantes e distribuidores no tocante aos descartes de embalagens e sobras não consumíveis (pneus, baterias, garrafas plásticas etc.)

2. Indicativos de atuação nas PRR, PR e PRM:

- Exigir que os órgãos ambientais competentes procedam ao diagnóstico periódico da destinação dos resíduos sólidos (doméstico, industrial, hospitalar, aeroportuário e outros), identificando os problemas existentes.
- Com base no diagnóstico elaborado, enviaar esforços para solução dos problemas, através de termos de ajustamento de conduta ou ações civis públicas, sempre chamando à responsabilidade o IBAMA e a FUNASA.
- Buscar junto às concessionárias de serviço de telecomunicação móvel identificar qual a destinação que está sendo dada as baterias de celular em obediência à Resolução 257/99, tendo em vista notícias de que as mesmas estão sendo depositadas em lixo comum.
- Recomendar para que as empresas que exploram a telefonia celular incluam nas respectivas contas advertência aos clientes/consumidores para que estes não joguem as baterias usadas no lixo e realizem a sua entrega nas redes técnicas autorizadas ou fabricantes.
- Monitorar a destinação dada aos resíduos nucleares/tóxicos resultantes das atividades de hospitais e clínicas radiológicas, bem como àquela dada ao Ascarel (fluido lubrificante de transformadores) pelas concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, Rede Ferroviária Federal, indústrias e outros usuários.

Constituintes do Grupo: Subprocuradores e Procuradores da República:

Álvaro Luiz de Mattos Stipp
Andréa Silva Araújo
Carlos Augusto de Amorim Dutra
Cláudio Valentim Cristani
Consuelo Yoshida
Daniele Cardoso Escobar
Elaine Cristina de Sá Proença
Laura Noeme dos Santos
Fernando José Piazenski
Jefferson Aparecido Dias
Sandra A. Shimada Kishi
Paulo Vasconcelos Jacobina
Walter Claudius Rothenburg

Analistas Periciais

Maria Geraldina Salgado
Aloysio Ferraz de Abreu
Sheila Telles Meyer

4.2 ENCONTROS TEMÁTICOS

4.2.1 "CONSEQÜÊNCIAS SÓCIO-AMBIENTAIS DA IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NA AMAZÔNIA"

Realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2001, no Auditório da Procuradoria da República no Estado do Pará.

Nesse evento foram abordados diversos assuntos como as conseqüências sócio-ambientais dos programas e projetos de desenvolvimento para a Amazônia e os modelos e as experiências de avaliação de impactos ambientais de planos de desenvolvimento, bem como projetos alternativos para a Amazônia.

4.2.1.1 Participantes

Andréa Silva Araújo

Procuradora da República – PR/Imperatriz-MA

Carlos Roberto Diogo Garcia

Procurador da República – PR/Porto Velho-RO

Carlos Alberto C. de Vilhena Coelho

Procurador da república – PR/Goiânia-GO

Cláudio Márcio de Carvalho Chequer

Procurador da República – PRM/Marabá-PA

Felício Pontes Júnior

Procurador da República – PR/Belém-PA

José Augusto Torres Potiguar

Procurador da República – PR/Belém - PA

José Cardoso Lopes

Procurador da República – PR/Boa Vista – RR

José Pedro Tagues

Procurador da República – PR/Cuiabá - MT

Marcus Vinícius Aguiar Macedo

Procurador da República – PR/Rio Branco - AC

Mário Lúcio de Avelar

Procurador da República – PR/Palmas - TO

Nicolau Dino de Castro e Costa Neto

Procurador da República – PR/São Luis – MA

Paulo Rúbio de Souza Meira

Procurador da República – PR/Belém – PA

Sérgio Lauria Ferreira

Procurador da República – PR/Manaus - AM

Sidney Pessoa Madruga

Procurador da República – PRM/Marabá - PA

Suzette Bragagnolo

Procuradora da República – PR/Cuiabá - MT

Ubiratan Cazetta

Procurador da República – PR/Belém – PA

4.2.1.2 Analista Periciais e Assessores da 4ª CCR

Francisco Ubiracy C. de Araújo

Assessor Jurídico

Jorge Gomes do Cravo Barros
Geólogo

Kênia Gonçalves Itacaramby
Analista Pericial em Antropologia

Leopoldo Klosovski Filho
Assessor

Mirtes Magalhães Duarte
Analista Pericial em Biologia

Sheila Telles Meyer
Analista Pericial em Engenharia Sanitarista

4.2.1.3 Programação

Terça-feira, 3 de abril de 2001

- 08:00h Recepção aos participantes
- 08:30h **Abertura dos trabalhos**
Membros da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.
- 09:00h Exposição Técnica: **Conseqüências Sócio-Ambientais dos Programas e Projetos de Desenvolvimento para a Amazônia: balanço histórico e perspectiva**

Expositora: Prof^a. Maria Célia Nunes Coelho
Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos – NAEA
- 09:40h Exposição do Debatedor
. Dr. Lúcio Flávio Pinto
Jornalista do Jornal Pessoal e da Agenda Amazônica

. Dr. José Augusto Torres Potiguar
Procurador da República no Estado do Pará
- 10:20h **Debates**
- 10:50h **Intervalo**
- 11:10h Exposição Técnica: **Modelos e Experiências de Avaliação de Impactos Ambientais de Planos de Desenvolvimento**

Expositor: Dr. Paulo César Gonçalves Egler
Consultor em Gestão Ambiental e Políticas Públicas.
- 11:30h **Debates**

- 12:00h **Almoço**
- 14:30h Mesa Redonda: **Desmatamento na Amazônia:** Cenários Prováveis

Coordenadora: Dr^a Sandra Verônica Cureau
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular da 4^a CCR
- 14:40h Exposição Técnica: **A Visão de um Pesquisador**
Expositor: William Laurence
Pesquisador do INPA
- 14:50h Exposição Técnica: **Visão do MCT**
Expositor: Luiz Carlos de Miranda Joels
Gerente de programa do MCT
- 15:10h Exposição Técnica: **A Visão do MMA**
Expositora: Alberto Nobre Mendes
Chefe de Gabinete da Secretaria de Coordenação da
Amazônia do Ministério do Meio Ambiente
- 15:30h **Exposição do Debatedor**

Debatedor: Dr. Ubiratan Cazetta
Procurador da República no Estado do Pará
- 15:50h **Debates**
- 16:20h **Intervalo**
- 16:40h Exposição Técnica: **Projetos Alternativos para a Amazônia**
Expositora: Ana Cristina Barros
Diretora Executiva do IPAM
- 17:10h **Exposição do Debatedor**
Debatedora: **Dra. Andréa Silva Araújo**
Procuradora da República no Município de Imperatriz/MA
- 17:30h **Debates**
- 18:00h **Encerramento**

Quarta-feira, 4 de abril de 2001

08:30h	Relatos de Experiências dos Procuradores da República
10:10h	Intervalo
10:30h	Continuação dos Relatos
12:00h	Almoço
14:30h	Reunião de Trabalho: Sugestões de Atuação Prioritária do Ministério Público Federal para a Região da Amazônia.
16:00h	Intervalo
16:20h	Continuação da Reunião
17:00h	Apresentação das conclusões da Reunião de Trabalho
18:00h	Encerramento do Encontro Temático

4.3.1 "ENCONTRO REGIONAL SUL - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE"

Realizado no período de 19 a 21 de junho de 2001 em Florianópolis, Santa Catarina.

Os enfoques desse evento foram diferenciados, onde pode-se abordar nesses três dias diversos assuntos, como planos de manejo florestal e espécies em extinção, agrotóxicos, transgênicos, poluição marinha, recursos hídricos, extração mineral, tratamento de lixo urbano e estratégias de proteção ao meio ambiente.

4.3.1.1 Participantes

Ana Paula Carvalho Medeiros

Procuradora da República - PRM/Bagé-RS

Analucia Hartmann

Procuradora da República - PR/SC

Anelise Becker

Procuradora da República - PRM/Rio Grande-RS

Ângelo Roberto Ilha da Silva

Procurador da República - PRM/Novo Hamburgo-RS

Antônio Carlos Welter

Procurador da República - PRM/Novo Hamburgo-RS

Carla Veríssimo de Carli

Procuradora Regional da República – 4ª Região

Carlos Alberto Sztoltz

Procurador da República - PRM/Umuarama-PR

Carlos Augusto de Amorim Dutra

Procurador da República - PR/SC

Carmem Elisa Hessel

Procuradora da República - PRM/Santa Maria-RS

Cícero Augusto Pujol Corrêa

Procurador da República - PRM/Livramento-RS

Cláudio Valentim Cristani

Procurador da República - PRM/Joinville-SC

Daniele Cardoso Escobar

Procuradora da República - PR/RS

Eduardo de Oliveira Rodrigues

Procurador da República - PRM/Blumenau-SC

Fábio Nesi Venzon

Procurador da República - PRM/Criciúma-SC

Fernando José Piazenski

Procurador da República - PRM/Joinville-SC

João Akira

Procurador da República - PRM/Londrina-PR

João Carlos de Carvalho Rocha

Procurador da República - PR/RS

João Gualberto Garcez Ramos

Procurador da República - PR/PR

João Osmar Pumes

Procurador da República - PRM/Criciúma

José Marques Brandão Neto

Procurador da República - PRM/Blumenau

Sônia Cristina Niche

Procuradora da República - PRM/Joaçaba

Walmor Alves Moreira

Procurador da República – PR/SC

4.3.1.2 Analista Periciais e Assessores da 4ª CCR

Dalma Maria Caixeta

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

Francisco Ubiracy de Araújo
Assessor Jurídico

Leopoldo Klosovski Filho
Assessor

Maria Geraldina Salgado
Analista Pericial em Engenharia Sanitária

4.3.1.3 Corpo Técnico da PR/SC

Cláudia Regina dos Santos
Assessora - Bióloga

4.3.1.4 – Programação

Terça-feira, 19 de junho de 2001

14:00h **Abertura dos trabalhos**
Membros da 4ª CCR e PR/SC

14:10h **PAINEL 1 - MATA ATLÂNTICA**

Ecosistemas associados e áreas de preservação permanente
Planos de Manejo Florestal
Espécies em extinção

Coordenadora: Dra. ANALÚCIA HARTMANN
Procuradora da República no Estado de Santa
Catarina

16:15h **Coffee break**

16:30h **PAINEL 2 - AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS**

Coordenador: Dr. João Carlos de Carvalho Rocha
Procurador da República no Estado do Rio Grande do
Sul

17:30h **PAINEL 3 - ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

Coordenador: Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular da 4ª CCR

18:30h **Encerramento**

Quarta-feira, 20 de junho de 2001

09:00h **PAINEL 4 - POLUIÇÃO MARINHA**

Coordenadora: Dra. Carla Veríssimo de Carli

Procuradora Regional da República – 4ª Região

- 11:00h **PAINEL 5 -RECURSOS HÍDRICOS E POLUIÇÃO**
- Coordenador: Dr. João Gualberto Garcez Ramos
Procurador da República no Estado do Paraná
- 12:30h **ALMOÇO**
- 14:30h **PAINEL 6 - EXTRAÇÃO MINERAL**
- Procedimentos administrativos de autorização e licenciamento ambiental
 - Extração
- Coordenador: Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 4ª CCR
- 16:30h **Coffee breack**
- 16:50h **Debates**
- 18:30h **Encerramento**

Quinta-feira, 21 de junho de 2001

- 09:00h **PAINEL 7 - TRATAMENTO DE LIXO URBANO**
- Coordenadora: Dra. Sandra Verônica Cureau (4 CCR)
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular da 4ª CCR
- 11:00h **ENCERRAMENTO**

**4.4 II SEMANA DO MEIO AMBIENTE DO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Realizada entre os dias 28 de maio a 1º de junho, no Edifício-Sede da Procuradoria Geral da República, a II Semana do Meio Ambiente do Ministério Público Federal foi uma organização conjunta da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão e a Associação dos Servidores do Ministério Público Federal.

Neste ano, foi dado destaque aos recursos hídricos e ao fornecimento de energia, abordados principalmente segundo o enfoque da racionalização do uso. Foi reservado, ainda, um espaço para a divulgação de informações sobre a destinação de pilhas e baterias de celular usadas e para sua

coleta, um aspecto de grande importância no contexto do gerenciamento dos recursos sólidos.

O objetivo do evento foi a conscientização dos Membros e Funcionários sobre a importância da preservação do Meio Ambiente nos nossos dias, visando uma qualidade de vida melhor.

No evento contamos com a colaboração de diversos órgãos que exercem atividades na área ambiental, são eles: Companhia Energética de Brasília – CEB, Companhia de Saneamento de Águas de Brasília - CAESB, Fundação Boticário de Conservação da Natureza, Fundação Pró-Natura - FUNATURA, Fundo Mundial para a Natureza – WWF - Brasil, Ministério do Meio Ambiente / Gerência de Projetos de Redução de Riscos Ambientais - PRÓ-RISQUE, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e Universidade de Brasília / Departamento de Engenharia Florestal

Durante todo o evento foram realizadas atividades simultâneas, como distribuição de material informativo, palestras, exposições, coletas de pilhas e baterias de celular usadas, distribuição de mudas de árvores nativas do cerrado e sementes de Sucupira e Mogno, oficinas infantis e distribuição de doces.

Dos dias 29 a 31 de maio, no auditório do Edifício-Sede da PGR, foram apresentadas três palestras:

- . **Uso racional de energia elétrica**, proferida pelo Dr. Paulo Roberto Vilela Pinto, Coordenador do Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica da Companhia Energética de Brasília – CEB;
- . **Conservação e Gestão de Recursos Hídricos**, proferida pela Dr^a Sandra Charity, Coordenadora do Programa de Conservação e Gestão de Água Doce do Fundo Mundial para a Natureza – WWF-Brasil;
- . **Gerenciamento Ambiental adequado de Pilhas e Baterias**, proferida pela Dr^a Cleuza de Moraes Gomes, Assessora Técnica da Gerência do Projeto de Redução de Riscos Ambientais - PRÓ-RISQUE, do Ministério do Meio Ambiente.

Após todas as palestras foram sorteados brindes doados pela Fundação Boticário de Conservação da Natureza.

As baterias de celular usadas coletadas foram entregues para estabelecimento credenciado, objetivando devolução aos fabricantes correspondentes.

As mudas nativas do cerrado foram trocadas por mantimentos não perecíveis, uma vez que foram adquiridas na *Fazenda Água Limpa* da Universidade de Brasília, um projeto do Departamento de Engenharia Florestal, onde os

recursos favorecerão também alunos carentes. O total de mantimentos coletados foi de quilos, sendo doadas 800 mudas. Os alimentos foram doados a duas instituições: Associação Nossa Senhora Mães dos Homens, creche localizada à Samambaia Norte e Orfanato-Lar Rita de Cássia, localizado em Valparaíso de Goiás. As sementes foram doadas pelo *Clube da Semente do Brasil*, projeto educativo voltado, principalmente, a população rural de Olhos d'água.

As exposições de produtos e publicações da FUNATURA, Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília e WWF - Brasil possibilitaram o conhecimento de suas principais atividades, proporcionando uma oportunidade de ampliarmos nossos conhecimentos, principalmente da vegetação do cerrado, que é tão próxima de nossa realidade, bioma surpreendente que a maioria sequer imagina existir. Contribuindo não só para a divulgação e a defesa dessa vegetação, mas sensibilizando para uma efetiva atuação na preservação da beleza e da biodiversidade em geral.

O público infantil foi prestigiado com duas oficinas, uma de papel reciclado com apoio da Secretaria do meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, com as tias Nice e Maria José e a outra de desenho infantil, com orientação da Tia Sônia. Ressaltando também, a *Casa Água* da CAESB, com exemplificações do consumo das atividades mais rotineiras de uma residência.

Durante o evento, contamos também com exposição de produtos confeccionados com material reciclado, como caixas de presente, brinquedos, porta-retratos, oportunidade para desenvolver nossa imaginação.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade, para mais uma vez agradecer a todos que colaboraram para o sucesso do evento, principalmente os órgãos acima citados, os palestrantes e todas as unidades da PGR que nos apoiaram. O evento teve dois enfoques principais: a reciclagem de vidros e os múltiplos usos das águas, que foram abordados por meio de exposições, distribuição de folhetos informativos, apresentações de vídeo e diversas palestras.

O objetivo da Semana foi a conscientização dos servidores sobre a importância de preservação do Meio Ambiente no dia-a-dia, além da divulgação das áreas de atuação da Câmara.

Também participaram auxiliando na organização do evento diversos órgãos que atuam na área ambiental, como CAESB, Embrapa, Fundação Pró-Natura, Jardim Botânico de Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Novo Rio Papéis Ltda e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH.

Houve coleta de vidros para reciclagem, distribuição de mudas doadas pelo Jardim Botânico de Brasília, teatro infantil com o grupo Arte Educadores, do Projeto Protetores

da Vida, além de distribuição de sorvetes feitos com frutas nativas do cerrado.

4.4.1 Programação

1ª Etapa

1. Exposições e distribuição de folhetos
 - 1.1 Clube da Semente do Brasil
 - 1.2 FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
 - 1.3 Ministério do meio Ambiente - MMA
 - 1.4 SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/GDF
 - 1.5 UnB – Universidade de Brasília
 - 1.6 WWF Brasil
2. Material de divulgação
 - 2.1 Folhetos
 - 2.2 Posters
 - 2.3 Livros

2ª Etapa

1. Palestras
 - 1.1 Palestra: **Uso Racional de Energia Elétrica**
 - 1.2 Dia : **29 de maio**
 - 1.3 Horário: **14:30 horas**
 - 1.4 Loca: **Auditório do Edifício Sede**
 - 1.5 Palestrante: **Paulo Roberto Vilela Pinto**
Coordenador do Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica
Companhia Energética de Brasília

- 2.1 Palestra: **Conservação e Gestão de Recursos Hídricos**
- 2.2 Dia: *30 de maio*
- 2.3 Horário: **14:30 horas**
- 2.4 Local: **Auditório do Edifício Sede**
- 2.5 Palestrante: **Dra. Sandra Charity**
Coordenadora do Programa de Conservação e Gestão de Água Doce
WWF-Brasil / Fundo Mundial para a Natureza

- 3.1 Palestra: **Gerenciamento Ambiental Adequado de Pilhas e Baterias**
- 3.2 Dia: 30 de maio
- 3.3 Horário: **15:30 horas**

- 3.4 Local: **Auditório do Edifício Sede**
 - 3.5 Palestrante: **Dr. Reinaldo A de Vasconcelos**
Gerente do Projeto de Redução
de Riscos Ambientais –
PRÓ-RISQUE
Ministério do Meio Ambiente - MMA
- 2. Distribuição gratuita de plantas
 - 3. Oficina Infantil
 - 3.1 CRIANÇAS ATÉ 7 ANOS – Professora Sônia Duarte
 - 3.2 CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS – SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do GDF
 - 4. Distribuição de doces típicos com frutas nativas do cerrado

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA

Os Analistas Periciais da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício de 2001, prestaram assessoria aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades:

- ∴ Análise e elaboração de Informações Técnicas (IT) referentes a procedimentos administrativos e Ações Cíveis Públicas;
- ∴ Análise e elaboração de Informações Técnicas (IT) sobre projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, EIA/RIMA's e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- ∴ Participação em reuniões técnicas e seminários com órgãos e entidades envolvidos com a questão ambiental, como representantes técnicos do MPF;
- ∴ Participação em audiências públicas;
- ∴ Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;

- .: Resposta a quesitos, elaborados por Procuradores, em procedimentos administrativos;
- .: Participação em ações judiciais como assistentes técnicos indicados pelo MPF;
- .: Elaboração de estudos técnicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- .: Comparação de documentos técnicos para verificar a existência de fraude;
- .: Participação em cursos e seminários;
- .: Elaboração de minutas de convênios com outras instituições;
- .: Realização de vistorias e perícias com emissão de laudo técnico;
- .: Análise de laudos periciais quanto à cobertura florestal e de avaliações para fins de indenização de terras desapropriadas para a reforma agrária;
- .: Participação efetiva na sistematização e organização dos eventos promovidos pela 4ª CCR, e
- .: Participação nos Grupos de Trabalhos internos da 4ª CCR, buscando a padronização de rotinas e o estabelecimento de diretrizes e normas.

No exercício de 2001 foram elaboradas 150 (cento e cinquenta) Informações Técnicas, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, conforme abaixo discriminado:

5.1 MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

5.1.1 Análises de EIA/RIMA

5.1.2 Análises de Procedimentos/Documentação Técnica

5.1.3 Participação em processos judiciais e Termo de Ajustamento nos Estados

5.1.4 IV Encontro Nacional do Ministério Público Federal

5.1.5 Estudos sobre temas específicos

5.1.6 Outras atividades técnicas

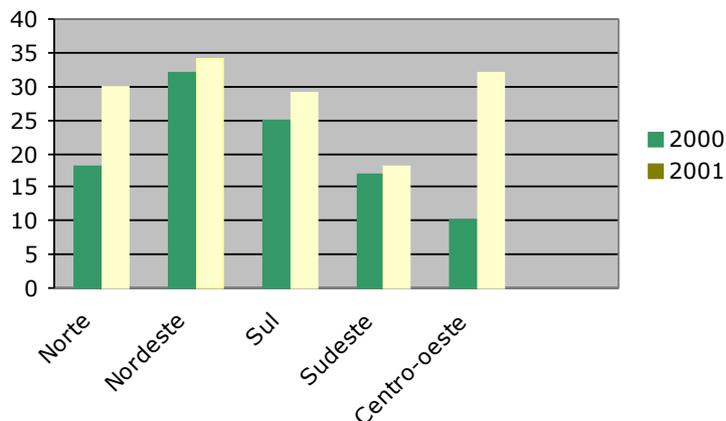
- Participação em cursos/congressos/seminários
- Viagens a serviço
- Participação em reuniões em Brasília

5.2 QUADRO ESTATÍSTICO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA 4ª CCR																											248				
1. INFORMAÇÕES TÉCNICAS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CC R	OUTRAS CCR	TOTAL	
Análise de EIA/RIMA			1		1					1			1	4	1			1					3	4	2	3	2			024	
Análise de procedimentos	1			2	23	3	3		1	2	1		3	10	2	1		1	2	2			6	8	7	7	15	2		100	
Part. Proces. Jud. e Termo de Ajustamento								1	1				1						3				1	8	1		3			019	
IV Encontro Nacional do MPF																														003	
Estudos sobre temas específicos																														007	
TOTAL	1		1	2	24	3	3	1	2	3	1		5	14	3	1		1	6	2			10	20	10	10	20	2		153	
2. OUTRAS ATIVIDADES	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CC R	OUTRAS CCR	TOTAL	
CURSOS (não computados por Estado)																															018
Viagens a serviço																															043
Reuniões (não computadas por Estado)																															034
TOTAL																															095
TOTAL DE ATENDIMENTOS EFETUADOS																															248

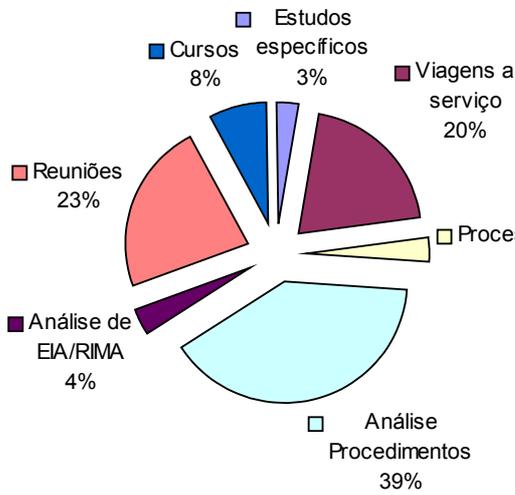
5.3 GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS

5.3.1 Atendimentos efetuados pela Equipe Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão por região - 2000 e 2001.

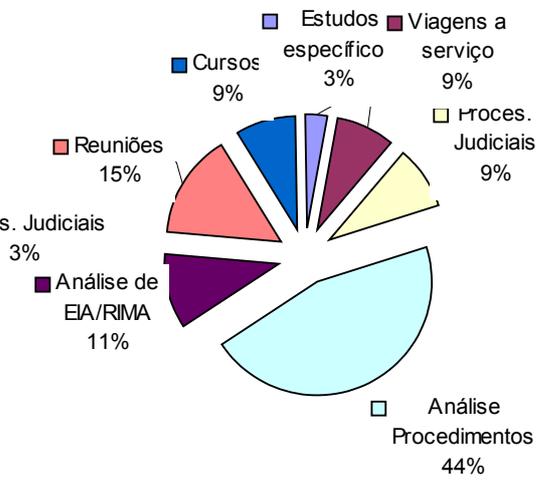


OBS: Os procedimentos originados na 4ª CCR não foram computados.

5.3.2 Documentos elaborados pela Equipe Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão por região - 2000 e 2001.



2000



2001

5.4 DETALHAMENTO

1. ANÁLISE DE EIA/RIMA024

Assunto	IT nº	Origem
Eclusas de Tucuruí e ampliação da capacidade de geração.	012/014	PR/PA
Licenciamento ambiental referente à abertura de canal na Lagoa de saquarema – Projeto “Barra Franca”.	016	PR/RJ
Implantação do Complexo Industrial do Projeto Bujuru – Rio Grande/RS.	024/123	PR/RS
Vistoria na Praia Preta – Análise do EIA sobre praia artificial.	029	PRM/PB
Centro de Reciclagem e Destino de Resíduos do Município Jaraguá do Sul.	033	PR/SC
Aproveitamento Hidroagrícola de Sampaio, rio Tocantins.	041/092	PR/TO
Mineroduto para o transporte de polpa de caulim.	047	PR/PA
Termelétrica Carioba II.	054/063	PR/SP
Ramal Rodoviário	056	PR/AM
Projeto de Transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional.	057	4ª CCR
Projeto de Ampliação dos Molhes da Barra de Rio Grande/RS.	066	PR/RS
Barragem São Bento para abastecimento público.	069	PR/SC
Unidade Industrial de laminação a frio e galvanização de aço - Usina de aço – USINOR .	071	PRM/Jlle
Projeto de Ampliação do Centro de lançamento de Alcântara/MA.	083	PR/MA
Duplicação da Rodovia – BR 101	095	PR/SC
Construção de Shopping Center em área de domínio da União Federal – Ilhéus/Ba.	100	PR/BA
Projeto Pólo Fruticultura São João, em Porto Nacional/Tocantins	102	PR/TO
UHE Tucuruí – complemento.	108	PR/PA
UHE Couto de Magalhães – complemento.	118	PR/MT

2. ANÁLISE DE PROCEDIMENTOS/ DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA 100

Assunto	IT nº	Origem
Acampamento da Telebrasília, em Brasília/DF.	036/048	4ª CCR
Acompanhamento do lançamento dos efluentes líquidos do Frigorífero de Sergipe – FRISE.	119	4ª CCR
Agrotóxicos – Oxasulfuron	070	PR/RS
Ampliação da capacidade rodoviária das ligações com os países do MERCOSUL. Conceituações e definições técnicas.	019	6ª CCR

Análise da viabilidade da assinatura do TAC proposto para o Município de Avaré/SP.	113	PR/SP
Análise do cumprimento das obrigações assumidas no item 2, capítulo IV, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta que trata da adequação do programa de Comunicação Social (PCS) de Furnas em relação aos campos eletromagnéticos.	087	PR/SP
Análise do cumprimento das obrigações assumidas no TAC da LT-C3.	079	PR/SP
Análise do projeto de Construção do Anel Rodoviário de Vitória da Conquista – BA.	067	PR/BA
Análise técnica complementar referente à demarcação da LPM em relação ao zero hidrográfico de Imbituba/BA	059	PR/BA
Análises de informações relativas a processos de tratamento de agrotóxicos em Porto Alegre/RS	051	PR/RS
Apreciação ao relatório de Vistoria Técnica na área indígena Gavião/Sororó.	022	PR/PA
Aterro efetuado sobre lixão em área de mangue no Município de Joinville.	072	PRM/Ille
Aterro sanitário efetuado sobre Lixão em área de mangue no Município de Joinville/SC.	117	PRM/Ille
Aterro Sanitário Metropolitano de Jardim Gramacho/RJ.	150	PR/RJ
Aterro sanitário na região de vale Verde, Distrito de Porto Seguro/BA, para atender aos Municípios de Porto Seguro e Cabrália.	097	PRM/Ilhéus
Atividade de Mineração de Diamante no Rio Paranaíba, entre Minas Gerais e Goiás.	015	PRM/Uberlândia
Avaliação de proposta de honorários periciais.	055	PRM/Marabá
Bacias hidrográficas – Informações Solicitadas	020	PRM/Franca
Caracterização da Variação do Volume de Água no rio São Francisco ao Longo do Tempo.	001	PR/BA
Cobertura de quiosques do Hotel Baía Cabrália em Santa Cruz.	027	PR/BA
Construção de edifícios em área de entorno do Parque da Independência, em São Paulo.	034/035	PR/SP
Construção de imóvel nas imediações da igreja de Sant’ana no Centro Histórico de São Luís.	023	PR/MA
Construção de <i>Shopping Center</i> em área de domínio da União Federal.	100	PRM/Ilhéus
Construção iniciada em entorno de bem tombado sem aprovação do IPHAN.	114	PR/BA
Construção irregular em área sob regime especial de proteção. Relatório de Vistoria.	025	PRM/Ilhéus
Convênio entre AHIMOR,UFPA e FADESP	031	PR/PA
Crise na lavoura cacauieira e destruição de Mata Atlântica sistema florestal Cacau-Cabruca, no sul da Bahia. Relatório de	112/127/ 146	PRM/Ilhéus

reunião.		
Desmatamento da Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S.A – Correntina.	076/125	PR/BA
Despejo de prata no meio ambiente sem tratamento.	058	4ª CCR
Destinação final de agrotóxicos no Estado do Rio Grande do Sul.	039	PR/RS
Distrito Industrial de São Francisco do Sul.	061	PRM/Ille
Dragagem do Porto de Salvador.	124	PR/BA
Duplicação da rodovia Raposo Tavares (SP – 270) no trecho de Sorocaba até Araçoiaba da Serra e contorno de Sorocaba.	107	PRM/Sorocaba
Ecoturismo em área indígena.	109	6ª CCR
Fraudes no processo de licenciamento para perfuração de poços exploratórios de petróleo na Bacia da Foz do rio Amazonas.	122	PR/PA
Implantação de projetos de criação de camarões marinhos em área de manguezal.	065	PR/PB
Implantação do Complexo Industrial da Veracel Celulos S.A, no Município de Eunapólis.	018	PRM/Ilhéus
Importação ilegal de baterias de chumbo.	115	PR/DF
Instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).	110	4ª CCR
Intervenção irregular em vegetação nativa. Vistoria à Fazenda Água Fria.	044	PR/TO
Intervenção irregular em vegetação nativa. Vistoria à Fazenda Fortaleza.	042	PR/TO
Intervenção irregular em vegetação nativa. Vistoria à Fazenda Frevermel.	026	PR/TO
Intervenção irregular em vegetação nativa. Vistoria à Fazenda Lagens.	045	PR/TO
Intervenção irregular em vegetação nativa. Vistoria à Fazenda Mandi.	043	PR/TO
Intervenção irregular em vegetação nativa. Vistoria à Fazenda Santa Beatriz.	046	PR/TO
Irregularidades no licenciamento ambiental de obras em Fernando de Noronha. Relatório de Vistoria.	121	PR/PE
Irregularidades possíveis no empreendimento Paradise Water Park Ltda, em Arraial d’Ajuda.	104	PRM/Ilhéus
Lançamento de esgoto “in natura”, na Baía da Guanabara, pelos clubes situados na praia de São Francisco e estrada Fróes, Niterói.	128	4ª CCR
Licenciamento ambiental da Termelétrica da Bahia (TERMOBAHIA), em processo de instalação.	139	PRM/BA
Licenciamento de portos.	028	PR/MT
Loteamento em APP (restinga).	050	PR/MA
Loteamento Passárgada.	004/010/	PR/CE

	037	
Mineração de manganês. ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.A	148	PR/AP
Mineração de ouro no Amapá.	135	PR/AP
Modificação do calçamento da praça Senador Tarajura em rio de Contas.	021	PR/BA
Mortandade de peixes nas praias de Madre de Deus.	006	PR/BA
Obras na estação ferroviária de Cachoeira.	017	PR/BA
Ocupação das margens do lago formado pelo sistema de transposição de desnível de Tucuruí.	074	PR/PA
Participação do Brasil no Fundo do Meio Ambiente Global Reestruturado.	032	4ª CCR
Patrimônio Documental. Preservação do acervo documental das empresas em processo de extinção ou de desestatização.	138	4ª CCR
Patrimônio Fossilífero – Análise de projeto de Lei.	137	4ª CCR
Pneus inservíveis no Brasil.	084	PR/AC
Poluição do mar territorial em Balneário Camboriú.	142	PRM/Blumenau
Preservação da memória ferroviária brasileira.	038	4ª CCR
Produto contendo CFC (Cloro Flúor Carbono).	013	4ª CCR
Projeto Campus Universitário do Descobrimento em Santa Cruz de Cabrália.	099	PRM/Ilhéus
Projeto de Executivo de Afastamento de Efluentes da indústria têxtil GUIMATEX.	098	PRM/Ilhéus
Projeto de regularização e dragagem do rio Iriú-Mirim, em Joiville.	086	PRM/Jlle
Projeto de Transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional – atualização das informações.	120	4ª CCR
Projeto Mina Portobello. Mineração de caulim, no Município de Campo Alegre.	003	PRM/Jlle
Projetos Básicos Ambientais – PBA's relativos à implantação da UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado).	040	PR/TO
Proliferação de mosquitos em Tucuruí.	052	PR/PA
Proposta de Emenda à Constituição Federal – Recursos Hídricos e Educação.	073	4ª CCR
Quantificação de dano ambiental, tendo sido encaminhados autos de infração emitidos pelo IBAMA.	007/008/ 009	PRM/Santarém
Relatório da Operação Mogno descrevendo ações fiscalizatórias relacionadas a atuação de madeiras na extração ilegal de mogno na região sul do Pará.	081	PR/PA
Representação firmada pela ONG-ECOSS junto à PR/MT tratando de atuação do IPHAN na preservação de patrimônio cultural arqueológico.	002	PR/MT
Resolução de Fiscalização Hídrica – Análise das propostas normas e procedimentos.	132	4ª CCR

Saneamento na Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição – Construção de estações de tratamento de esgotos.	116	PR/SC
Supressão de araucária em Estação Ecológica.	080	PR/RS
Supressão de manguezais no Município de Baía Formosa.	096/151	PR/RN
Supressão de manguezais pela empresa Rio Polímeros em Duque de Caxias.	133	PR/RJ
Termo de Referência para a elaboração do EIA/RIMA da Hidrovia Paraguai-Paraná.	101	PR/MT
Termo de Referência para elaboração de EIA/RIMA relativo à soja transgênica <i>Roundup Ready</i> .	147	PR/DF
Tombamento da cidade de Brasília.	005	PR/DF
Usina Hidrelétrica Cana Brava, no rio Tocantins.	Nota Técnica Conjunta 001(4ª e 6ª CCR)	PR/GO
Uso em excesso de cloro no tratamento da água procedido pela SANEPAR.	136	4ª CCR
Utilização de ácido sulfúrico residual da indústria de defensivos agrícolas Milênia Agro Ciências S/A para produção de fertilizantes.	053	PRM/Rio Grande
Vistoria da Praia Preta.	029	PR/PB
Vistoria realizada em Morretes devido ao derrame de óleo na Serra do Mar.	030	PR/PR
Vistoria realizada no Complexo Turístico Sauípe e atualização de dados de licenciamento.	062	PR/BA

3. PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS JUDICIAIS E TERMOS DE AJUSTAMENTO NOS ESTADOS 019

Assunto	IT nº	Origem
Acompanhamento de Inspeção Judicial na Baía de Babitonga.	078	PRM/Ille
Análise de ACP. Saneamento de danos ao meio ambiente e à saúde da população devido à poluição por esgotos sanitários.	077	PR/RS
Análise de Proposta de TAC. Lançamento de efluentes da Casa da Moeda do Brasil na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro/RJ.	126	PR/RJ
Análise de Proposta de TAC. Proteção do "Morro do Moreno", Área de Preservação Permanente, situada no Município de Vila Velha.	093	PR/ES
Análise de Proposta de TAC. Recuperação da vegetação em 0,101 há de Área de preservação Permanente.	094	4ª CCR
Análise de proposta de TAC. Recuperação de 9,5 ha em áreas de manguezal, no Município de Baía Formosa.	091	PRM/Blumenau
Análise de Termo de Compromisso Ambiental. Indústria de catalisadores - tratamento de efluentes líquidos e resíduos	111	PR/RJ

sólidos.

Elaboração de TAC. Empreendimentos portuários.	028	PR/MT
Homologação de TAC. Atividade de pesca proibida no rio Paraná.	131	PRM/ Presidente Prudente
Homologação de TAC. Extração de areia no rio Itajaí-Açu/SC.	091	PRM/Blumenau
Homologação de TAC. Mineração de carvão.	085	PRM/Criciúma
Homologação de TAC. Mineração de carvão.	089	PRM/Criciúma
Homologação de TAC. Mineração de carvão.	090	PRM/Criciúma
Homologação de TAC. Recomposição de mata ciliar no rio Guarapari, Nova Veneza.	134	PRM/Criciúma
Homologação de TAC. Recuperação Ambiental em mata ciliar do município de Cocal do Sul/SC.	140	PR/SC
Homologação de TAC. Recuperação Ambiental em mata ciliar do rio Piabanha.	141	PRM/Petrópolis
Homologação de TAC. Uso das águas termais e exploração por poços tubulares profundos – Caldas Novas/GO	144	PR/GO
Homologação de TAC. Vazamento de óleo ascarel na subestação a RFFSA.	143	4ª CCR
Poluição ambiental e proliferação de borrachudos.	129	4ª CCR

4. IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL..... 003

Assunto	IT nº	Origem
Encontro Temático do MPF "Conseqüências Socioambientais da Implantação de Obras de Infra-estrutura na Amazônia".	011	4ª CCR
Pesquisa de material sobre qualidade da água/balneabilidade.	068	4ª CCR
Subsídios para estruturação da programação do IV Encontro Nacional do MPF sobre Meio Ambiente e patrimônio Cultural.	088	4ª CCR

5. ESTUDOS SOBRE TEMAS ESPECÍFICOS..... 007

Assunto	IT nº	Origem
Análise de Projeto de Decreto que visa regulamentar a fiscalização de produtos de uso veterinário.	145	PR/SP
Ergonomia. Análise de condicionantes ambientais para o desenvolvimento adequado de tarefas.	103	4ª CCR
Matéria jornalística "Patrimônio Histórico em Perigo".	064	PR/BA
Relatório de Reunião do lançamento da Operação Rio Grande – ocupação de APP ao longo de barragens.	060/082/ 106	PRM/Uberaba
Subsídios para a palestra "O Papel do Ministério público no Controle da Poluição", apresentada no 5º Congresso Internacional de Direito Ambiental.	049	4ª CCR

Subsídios para elaboração do trabalho a ser apresentado no V Seminário de Resíduos Sólidos, na Confederação Nacional da Indústria, em 10/08/2001. 075 4ª CCR

Subsídios para o coordenador do painel "padrões de produção e de Consumo e Resíduos" do Seminário Nacional sobre Consumo Sustentável, organizado pelo IDEC. 130 4ª CCR

6. OUTRAS ATIVIDADES TÉCNICAS..... 095

6.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários ... 018

Evento	Técnicos(*)	Local	Período
21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental	04 (S)	João Pessoa/PB	16 a 21 de setembro
Curso "Manejo de Áreas Naturais Protegidas"	01 (B/F)	Curitiba/PR	15 de junho a 1 de julho
Curso "Mediação de Conflitos Socioambientais"	01 (ANT/B) 02 (S)	Brasília/DF	19 a 23 de novembro
Curso de Informática "Access Básico"	01 (B)	Brasília/DF	19 de novembro a 5 de dezembro
Curso de Informática "Windows 98 Avançado"	01 (B/S)	Brasília/DF	15 a 23 de outubro
Curso de Treinamento e Capacitação para atuação em Acidentes e Emergências Ambientais.	01 (S)	Porto Alegre/RS	2 a 7 de dezembro
Curso Internacional "Avaliação Ambiental Estratégica - Avaliação de Impacto em Estratégias de Decisão".	01 (ANT/G)	São Paulo/SP	18 a 22 de junho
ECOLATINA 2001.	01 (B)	Belo Horizonte/MG	15 a 19 de outubro
Encontro Verde das Américas.	01 (B)	Brasília/DF	5 a 7 de junho
I Seminário sobre Corredores Ecológicos no Brasil.	01 (B)	Brasília/DF	11 a 13 de dezembro
Movimento em Defesa das Águas.	01 (B)	Brasília/DF	26 de junho
Seminário "Amazônia Século XXI" - Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável.	01 (ANT/B/G/S)	Brasília/DF	27 a 29 de março
Seminário Interno de mediação sobre a construção/projeto da "Hidrovia do Marajó".	01 (ANT//F/S)	Belém/PA	5 a 7 de julho
Seminário sobre Gestão de Água e Esgoto	01 (S)	Brasília/DF	22 a 24 de maio
V Seminário Nacional de Resíduos Sólidos / IV Encontro Nacional do Fórum Lixo e Cidadania.	03 (S)	Brasília/DF	08 a 10 de agosto

V Seminário Nacional e no I Encontro Latino-Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. 01 (A) Piracicaba/SP 15 a 18 de agosto

Workshop "Geração Termelétrica a Gás Natural" 4ª CCR Joinville/SC 25 a 28 de junho

XXV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ANPOCS. 01 (ANT) Caxambu/MG 16 a 20 de outubro

(*) A informação em parênteses refere-se à formação dos técnicos: **A** = Arquitetura; **ANT** = Antropologia; **B** = Biologia; **G** = Geologia; **F** = Engenharia Florestal e **S** = Engenharia Sanitária.

8.1 Viagens a Serviço 043

Assunto	Origem	Técnicos(*)	Local	Período
Acompanhar atuação no Ministério Público na Bacia Hidrográfica do Rio Grande.	PRM/Franca	01 (F)	Uberaba/MG	11 a 18 de julho
Acompanhar trabalhos técnicos do IBAMA durante realização de perícia para identificar todas as obras irregulares no arquipélago de Fernando de Noronha.	PR/PE	01 (B/F)	Fernando de Noronha/PE	14 a 18 de maio
Acompanhar vistoria a ser realizada por técnicos do IBAMA no local de implantação do complexo mineiro-industrial de Bujuru.	PRM/Rio Grande	01 (B/S)	Porto Alegre/RS	8 a 11 de maio
Análise pericial referente à ACP nº 96.4.152-0.	PR/AL	01 (S)	Maceió/AL	23 a 29 de setembro
Assessorar a Procuradoria da República no Paraná, no acidente causado por oleoduto da Petrobrás.	PR/PR	01 (F/S)	Curitiba/PR	5 a 8 de março
Audiência de Transposição do rio São Francisco.	4ª CCR	01 (ANT/B/G/S/F)	Souza/PB	18 a 20 de março
Audiência de Transposição do rio São Francisco.	4ª CCR	01 (S)	Penedo/PB	21 a 28 de março
Audiência de Transposição do rio São Francisco.	4ª CCR	01 (G)	Belo Horizonte/MG	29 a 31 de março
Audiência de Transposição do rio São Francisco.	4ª CCR	01 (G)	Salgueiro/PE	5 a 11 de abril
Audiência de Transposição do rio São Francisco.	4ª CCR	01 (ANT/B/G/S/F)	Juazeiro/BA	8 a 11 de abril

Audiência pública referente a Usina Hidrelétrica de São Jerônimo – Bacia do Rio Tibagi.	PRM/Londrina	01 (ANT/B/F)	Londrina/PR	9 a 11 de janeiro
Audiência pública referente a Usina Hidrelétrica de São Jerônimo – Bacia do Rio Tibagi.	PRM/Londrina	01 (B/S)	Londrina/PR	7 a 9 de março
Audiência referente ao EIA/RIMA relativo as eclusas de UHE Tucuruí.	PRM/Marabá	01 (F)	Belém/PA	18 a 24 de janeiro
Auxiliar na instrução do ICP 001/2001.	PR/TO	01 (F)	Palmas/TO	1 a 8 de fevereiro
Inspeção judicial.	PRM/Jlil	01 (S)	Joinville/SC	11 a 14 de julho
Operação conjunta com o IBAMA, INCRA e Polícia Federal para apurar denúncia de exploração ilegal de madeira.	PRM/Santarém	01 (F)	Santarém/PA	12 a 17 de março
Participar de Assembléia Geral dos Tuxauas para discutir assuntos referentes ao Parque Nacional do Monte Roraima.	PR/RO	01 (F)	Boa Vista/RO	4 a 9 de fevereiro
Participar do encontro sobre modal Ferroviário em Salvador/BA.	PR/BA	01 (A)	Salvador/BA	29 a 30 de novembro
Reunião com comunidade Pataxó para discutir questões referentes ao Monte Pascoal.	PR/BA	01 (F)	Porto Seguro/BA	29 a 31 de março
Reunião com Greenpeace sobre agrotóxicos.	PR/RS	01 (B/S)	Porto Alegre/RS	4 a 6 de abril
Reunião com representante do IBAMA na Usina Hidrelétrica de Igarapava.	PRM/Ribeirão Preto	01 (F)	Uberaba/MG	24 a 26 de junho
Reunião de trabalho de Grupo de Estudos da Bacia do Rio Grande dos seus problemas ambientais.	PRM/Ribeirão Preto	01 (F)	Uberaba/MG	27 a 29 de maio
Reunião de Trabalho e audiência pública referentes à análise de EIA/RIMA sobre a Termoelétrica Carioba II.	PRM/Piracicaba	01 (S)	Piracicaba/SP	3 a 5 de junho
Reunião de trabalho para tratar de programação referente ao encontro regional de meio ambiente – região sul.	4ª CCR	01 (F)	Florianópolis/SC	23 a 24 de maio
Reunião do Grupo Técnico que analisou o EIA/RIMA do Projeto de Transposição do rio São Francisco.	4ª CCR	01 (S)	Brasília/DF	22 de abril a 4 de maio
Reunião do Grupo Técnico que	4ª CCR	01 (S)	Brasília/DF	20 a 23

..... analisou o EIA/RIMA do Projeto de Transposição do rio São Francisco e analisar documentos referentes às dunas de São Luís.

de maio

Reunião e Audiência Pública sobre o Sistema de tratamento de esgotos a ser implantado em Florianópolis e proteger a lagoa da Conceição.	PR/SC	01 (S)	Florianópolis /SC	15 a 17 de outubro
Reunião entre o IPHAN e a arquidocese de Pirenópolis/GO.	PR/GO	01 (A)	Goiânia/GO	12 a 13 de julho
Reunião entre o IPHAN e a arquidocese de Pirenópolis/GO.	PR/GO	01 (A)	Goiânia/GO	26 e 27 de julho
Reunião para tratar de assunto referente ao Licenciamento Ambiental da BR/101.	PR/SC	01 (F)	Florianópolis /SC	20 a 21 de setembro
Reunião para tratar de assuntos referentes a loteamentos e edificações em área de preservação permanente, em localidade denominada jardim Renascença.	PR/MA	01 (B/S)	São Luís/MA	29 a 31 de maio
Reunião relativa a licenciamento ambiental da USINOR.	PRM/JIle	01 (F)	Joinville/SC	29 a 31 de outubro
Visita ao IBAMA para tratar de assuntos referentes a desmatamento no Município de Correntina.	PR/BA	01 (F)	Ilhéus/BA	5 a 11 de novembro
Visita as fazendas de produção de cacau.	PRM/Ilhéus	01 (F)	Ilhéus/BA	5 a 11 de novembro
Visita técnica a via navegável do rio Paraguai/Paraná na localidade do Corumbá/MS.	PR/MS	01 (F)	Cuiabá/MS	19 a 20 de março
Vistoria a ser realizada na área do Projeto Sampaio e acompanhar atuação do Ministério Público na Bacia Hidrográfica do Rio Grande.	PR/TO PRM/Franca	01 (F)	Palmas/TO Uberaba/MG	14 a 22 de agosto
Vistoria bem como de reunião para proteção de patrimônio histórico tombado, na cidade de cachoeiras/BA.	PR/BA	01 (A)	Salvador/BA	13 a 15 de fevereiro
Vistoria conjunta com a 6ª CCR, IBAMA e FUNAI em projetos de carcinocultura em área indígena.	PR/PB	01 (B)	João Pessoa/PB	28 de outubro a 3 de novembro
Vistoria conjunta com o IBAMA no complexo Porto Sauípe.	PR/BA	01 (S)	Salvador/BA	11 a 14 de março
Vistoria e avaliação dos feitos da erosão marítima nas praias de	PR/RN	01 (S)	Natal/RN	19 a 22 de fevereiro

areia preta e adjacentes na cidade de Natal/RN.

Vistoria e reuniões acerca de TAC a ser firmado entre o MPF, IBAMA e Sibra Empreendimentos.	PR/RN	01 (B/F)	Natal/RN	16 a 20 de dezembro
Vistoria em área com ocorrência de vazamento de gesso agrícola.	PRM/Uberaba	01 (B/F)	Uberaba/MG	17 a 19 de outubro
Vistoria em áreas de lagoas e participar de reunião com o IBAMA.	PRM/Niterói	02 (F)	Rio de Janeiro/RJ	17 a 19 de julho

(*) A informação em parênteses refere-se à formação dos técnicos: **A** = Arquitetura; **ANT** = Antropologia; **B** = Biologia; **G** = Geologia; **F** = Engenharia Florestal e **S** = Engenharia Sanitária.

8.2 Participações em Reuniões 034

Assunto	Origem	Técnicos(*)	Local
Acidentes ecológicos da PETROBRÁS.	PRM/Niterói	01 (S)	4ª CCR
Apresentação, pelo Governo do Estado do Ceará, do Projeto "Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará".	PR/CE	01 (G/ANT) 02 (B/F)	PGR
Audiência Pública na Câmara dos Deputados sobre o Projeto de lei nº 4.147, que trata da Política Nacional de Saneamento.	4ª CCR	01 (S)	Câmara dos Deputados
Câmara Técnica do CONAMA para atualização do Código Florestal.	PRM/Uberaba	01 (F)	CONAMA
Demarcação dos terrenos de marinha no Estado do Ceará.	PR/CE	02 (F)	PGR
Grupo de trabalho CONAMA sobre a PETROBRÁS.	PR/RJ	01 (S)	MMA
Grupo de Trabalho sobre Zona Costeira do IV Encontro Nacional do MPF sobre Meio Ambiente e patrimônio Cultural.	PR/CE	01 (B)	4ª CCR
Hidrovia Araguaia-Tocantins	PR/PA	01 (S)	Ministério dos Transportes
Licenciamento ambiental do Projeto de Bujuru.	PRM/Rio Grande	01 (ANT/F/G/S)	IBAMA
Licenciamento da duplicação da BR-101.	PR/SC	01 (F)	IBAMA
Licenciamento da Termelétrica CARIوبا II.	PRM/Piracicaba	01 (ANT/S)	IBAMA
Licenciamento da Termelétrica CARIوبا II.	PRM/Piracicaba	01 (ANT/S)	IBAMA
Mineração de carvão e diamante.	4ª CCR	01 (G)	UnB
Patrimônio Cultural Arqueológico em trecho da duplicação da BR-116.	PR/SP	01 (ANT)	IPHAN
Plano de Básico ambiental referente ao licenciamento da duplicação da BR-101.	PR/SC	01 (F)	IBAMA
Prazos de licenciamento dos empreendimentos de geração de energia	4ª CCR	01 (F)	CONAMA

elétrica.

Programa "Lixo e Cidadania" – Apresentar ao Coordenador da 4ª CCR resultados do programa.	4ª CCR	01 (S)	PGR
Programa "Lixo e Cidadania" – Definição de estratégias do Programa.	4ª CCR	01 (S)	UNICEF
Programa "Lixo e Cidadania" – Parceria TOMRA/LATASA.	4ª CCR	01 (S)	UNICEF
Programa "Lixo e Cidadania" – Projeto de Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos.	4ª CCR	01 (S)	UNICEF
Programa "Lixo e Cidadania" – Projeto de Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos.	4ª CCR	01 (S)	UNICEF
Programa "Lixo e Cidadania" – Projeto de Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos.	4ª CCR	01 (S)	UNICEF
Programa "Lixo e Cidadania" – Resultado Anual e novo programa de trabalho da UNICEF para o período de 2002 –2006.	4ª CCR	01 (S)	UNICEF
Projeto de construção da UHE Belomonte, em Altamira.	ELETRONORTE	01 (ANT/B/S)	4ª CCR
Projeto de construção de Hidrelétricas na bacia do rio Tibagi, Paraná.	4ª CCR	01 (B)	ANEEL
Reunião com a ANVISA para discutir a reavaliação do BENOMIL e CARBENDAZIM.	PR/SP	01 (B)	ANVISA
Reunião com representante do ICOMOS no Centro-Oeste referente ao tombamento de Brasília.		01 (A/ANT)	4ª CCR
Reunião com representantes da área ambiental do BID/Missão Brasil.	PR/SP	01 (ANT)	BID/ Brasília
Reunião conjunta entre a 4ª CCR e 6ª CCR – Implantação de viveiros em áreas de manguezais por índios potiguaras no estado da Paraíba.	4ª CCR e 6ª CCR	01 (B)	PGR
Reunião da Câmara Técnica Temporária do CONAMA para assuntos da Mata Atlântica – Proposta de resolução para a carcinocultura.	PR/CE	01 (B)	CONAMA
Reunião da Câmara Técnica Temporária do CONAMA para assuntos da Mata Atlântica – Proposta de resolução para a carcinocultura.	PR/CE	01 (B)	CONAMA
Suspeita de biopirataria em contratos de bioprospecção entre empresas nacionais e estrangeiras.	4ª CCR	01 (B)	PR/DF
TAC relativo ao loteamento de Pasárgada.	PR/CE	01 (B)	4ª CCR
Transposição de águas do rio São Francisco para o nordeste setentrional.	4ª CCR	01 (ANT/B/F/G S)	4ª CCR

(*) A informação em parênteses refere-se à formação dos técnicos: **A** = Arquitetura; **ANT** = Antropologia; **B** = Biologia; **G** = Geologia; **F** = Engenharia Florestal e **S** = Engenharia Sanitária.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício de 2001, prestou atendimentos aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades:

- ∴ Análise e elaboração de Informações Jurídicas (IJ) referentes a procedimentos administrativos e Ações Civis Públicas;
- ∴ Análise e elaboração de Informações Jurídicas (IJ) sobre projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- ∴ Participação em reuniões técnicas e seminários com órgãos e entidades envolvidos com a questão ambiental, como representantes técnicos do MPF;
- ∴ Participação em audiências públicas;
- ∴ Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- ∴ Resposta a quesitos, elaborados por Procuradores, em procedimentos administrativos;
- ∴ Elaboração de estudos técnicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- ∴ Participação em cursos e seminários;
- ∴ Elaboração de minutas de convênios com outras instituições;
- ∴ Participação efetiva na sistematização e organização dos eventos promovidos pela 4ª CCR, e
- ∴ Participação nos Grupos de Trabalhos internos da 4ª CCR, buscando a padronização de rotinas e o estabelecimento de diretrizes e normas.

No exercício de 2001 foram elaboradas 28 (vinte e oito) Informações Jurídicas, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, conforme abaixo discriminado:

1. INFORMAÇÕES JURÍDICAS 028

Assunto	IJ nº	Origem
Ações Direta de Inconstitucionalidade em face das Assembléias Legislativas dos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro.	22	PGR
Alteração da Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1996 - bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional.	10	RJ
Análise de minuta de Decreto relativamente aos Agrotóxicos.	12	DF
Análise de Termo de Ajustamento de Conduta	03	PR/SC
Apuração de competência para o licenciamento ambiental do projeto da Hidrovia Guamá Capim	15	PR/PA
Constitucionalidade do Art. 217 da Constituição do Estado da Bahia e artigos 13 e 14 da Lei Estadual no. 6424/92.	29	MPE/BA
Consulta sobre a possibilidade de se firma TAC destinando recursos diretamente para a APA Serra da Mantiqueira.	19	PR/RJ
Despejo de efluentes contendo íons positivos de prata nos corpos d'água.	06	RJ
Funcionalidade técnica e legal das atividades relativas à produção mineral sem o acompanhamento do engenheiro de minas.	11	DF
Infração ao Meio Ambiente – Recebimento e consumo de lenha sem ATFP – Autorização de Transporte de Produto Florestal.	04	PR/PE
Inquérito civil para investigar ocupação por meio dos chamados “ranchos” em áreas de preservação ambiental permanente.	07	PR/SP
Instalação e funcionamento do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos.	28	4ª CCR
Irregularidades na construção de uma Marina na área de borda da Baía de Todos os Santos.	27	PR/BA
Licenciamento de Mineração Submetido ao Prévio Licenciamento Ambiental	01	PR/MS
Pagamento de Honorários Periciais para perícias requeridas pelo Ministério Público Federal	02	PR/ES
Parecer do Deputado Fernando Coruja ao PL no. 3.285/92 que dispõe sobre a utilização e proteção da Mata Atlântica.	21	DF
Possível esquema de corrupção no “Projeto Pantanal” envolvendo o IBAMA/CECAV.	05	DF
Publicação de Recomendação Conjunta	09	PR/PE
Representação do IPHAN denunciando a execução de obras no acampamento da Telebrasília, por parte do GDF.	08	DF
Substituição de Florestas Homogêneas exóticas por matas nativas às margens de cursos d'água.	26	PR/PR
TAC firmado entre o MPF e Demetrius de Paula Pironhe.	24	PR/SP
TAC firmado entre o MPF e João Batista da Silva.	23	PR/SP

TAC firmado entre o MPF, o IBAMA e a Rede Ferroviária Federal	25	PR/SP
TAC relativo à implantação do complexo Gás Químico do Rio de Janeiro.	20	PR/RJ
TAC relativo à supressão de área de mangue. ACP no. 2000.84.00.005552-0	16	PR/RN
TAC relativo à extração de areia no Baixo do Itajaí.	18	PR/SC
TAC relativo à Proliferação de Borrachudos	17	PR/SC
Termo de Compromisso Ambiental, firmado entre a Fábrica Carioca de Catalisadores S/A e o Estado do Rio de Janeiro	14	PR/RJ